

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco CSF S.A. ("Banco"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), acrescidas das notas explicativas, declaração dos diretores, relatório do Comitê de Auditoria e relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações financeiras.

DESTAQUES DO PERÍODO

Balanco Patrimonial (R\$ milhões)	31/12/2023	31/12/2022	Δ%
Ativos totais	18.912	16.777	13%
Carteira de crédito	18.779	15.898	18%
(-) Provisão para perda esperada (PECLD)	(2.977)	(2.390)	25%
Passivos financeiros	12.367	11.069	12%
Patrimônio líquido	3.209	3.172	1%

Resultados (R\$ milhões)	31/12/2023	31/12/2022	Δ%
Resultado bruto da intermediação financeira	3.966	3.247	22%
Despesas com provisão para perda esperada (PECLD)	(3.429)	(2.790)	23%
Lucro líquido	183	363	-50%

Em 2023, houve um aumento dos custos de aquisição de clientes devido à aceleração na conversão das lojas BIG e, em 2022, houve uma receita incremental oriunda de incentivos das bandeiras, o que justifica a variação entre os exercícios.

Índice de Basileia Nível I

16,1%

O Índice de Basileia atingiu 16,1%, uma redução de 0,3 p.p. com relação ao ano anterior e se mantém bem acima do mínimo requerido pelo regulador local (10,5%). A aceleração da carteira de crédito é a principal razão do aumento dos ativos ponderados pelo risco e por conseguinte no Índice de Basileia.

Nossa rentabilidade em relação ao patrimônio (ROAE) e em relação aos ativos (ROAA) sofreram uma redução 6,3 p.p. e 1,4 p.p. a.a., respectivamente, impactadas, principalmente, pelo aumento das despesas de aquisição de clientes na conversão das lojas BIG, despesas não recorrentes relativo à baixa de ativos imobilizados e intangíveis, além dos incentivos das bandeiras recebidos em 2022.

Rentabilidade

ROAE

5,7%

ROAA

1,0%

Índice de Eficiência

31,1%

O índice de eficiência atingiu 31,1%, com um aumento de 2,4 p.p. comparado ao exercício anterior (28,8%). Esse desempenho está atrelado ao aumento das despesas de aquisição de clientes, com a aceleração na conversão das lojas BIG, ocorrida no começo de 2023 e com o aumento das despesas com crédito e cobrança.

A margem líquida de juros atingiu 22,2%, com um aumento de 1,6 p.p. em relação ao exercício anterior (20,6%), devido ao aumento da receita de juros e recuperação de crédito por renegociação no exercício.

NIM (ex PECLD) (i)

22,2%

(i) NIM = Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da PECLD/(Ativos Totais - Permanente).

RATINGS

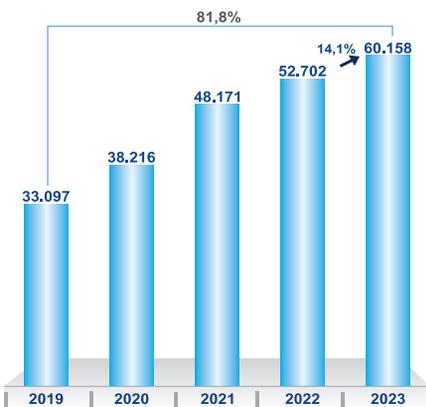
Agência	Rating	Data de atualização	Perspectiva
S&P Global Ratings	brAAA	21/12/2023	Estável

O rating da S&P Global foca no suporte financeiro do Grupo, que atualmente sustenta a classificação do Banco em brAAA, no topo da escala, o que mostra a sua alta capacidade de honrar compromissos financeiros.

INDICADORES DE NEGÓCIO DOS PERÍODOS

Faturamento

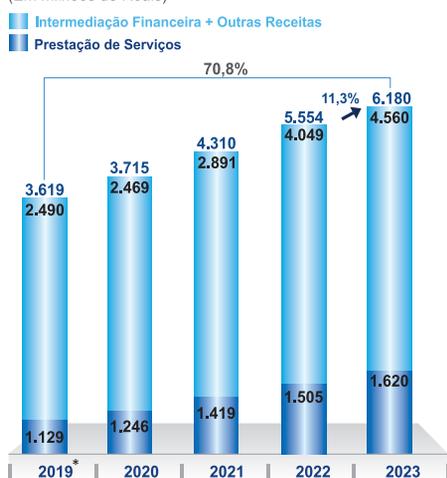
(Em milhões de Reais)



O crescimento no faturamento de 14,1% a.a. foi impulsionado, principalmente, pelos cartões Carrefour e Atacadão, que obtiveram crescimentos de 8,4% a.a. e 17,6% a.a., respectivamente.

Receita

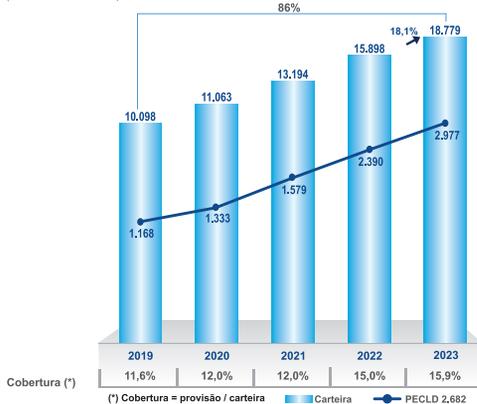
(Em milhões de Reais)



A receita total apresentou um aumento de 11,3% em comparação ao exercício anterior, representado, principalmente, pelo crescimento das receitas de intermediação financeira (72% da receita total).

INDICADORES DE PERFORMANCE DE CRÉDITO

Provisão de Crédito Resolução nº 2.682/99 (Em milhões de Reais)



O saldo de provisão é mensalmente calculado de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, condizente com a política interna do Banco. O saldo de provisionamento atingiu o montante de R\$ 2.977, com um aumento de 24,6% em relação ao exercício anterior, ocasionado pela variação da carteira.

Cobertura (*)

(*) Cobertura = provisão / carteira

O percentual da carteira em dia atingiu 84,6% em relação à carteira total, apresentando um aumento de 4,2 p.p. em relação ao exercício anterior. Já o percentual das carteiras em atraso acima de 30 dias (Over 30) e 90 dias (Over 90), apresentaram uma redução versus o exercício anterior.

Distribuição de operações adimplentes e inadimplentes sobre carteira total e Provisão para Perda Esperada de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) (Em milhões de Reais)



GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco mantém práticas adequadas nos processos de governança corporativa, controles internos e gestão de riscos, com atuação ativa da alta Administração. Os comitês que se reportam diretamente ao Conselho de Administração são:

- Comitê Integrado de Riscos:** composto por membros independentes e representantes dos acionistas, é responsável por propor recomendações ao Conselho de Administração sobre a gestão integrada de riscos, bem como avaliar os níveis de apetite de riscos da Instituição, políticas, estratégias e supervisionar a atuação do CRO (*Chief Risk Officer*), avaliando o grau de aderência aos processos de gerenciamento de riscos e capital.
- Comitê de Auditoria:** composto pela diretoria do Banco, com a participação de três membros independentes (sendo que um deles atua como especialista financeiro), é responsável pela supervisão dos processos de controles internos e de administração de riscos, pelas atividades da auditoria interna e as atividades das empresas de auditoria independente do Banco.
- Comitê de Remuneração:** composto por representantes dos acionistas especialistas no assunto, é responsável por assessorar o Conselho de Administração do Banco na condução da política de remuneração de seus Administradores.

RELAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES COLIGADAS E/OU CONTROLADAS

Desde 2019, o Banco detém 100% do capital social da subsidiária CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.

REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS E REINVESTIMENTO DE LUCROS

De acordo com o Estatuto Social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado pela importância destinada à constituição da reserva legal, incentivos fiscais e à formação ou reversão da reserva para contingências. Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira do Banco, inclusive se a Administração julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para o Banco ou não atenda os requisitos mínimos de Basileia.

A destinação das reservas estatutárias deverá ser deliberada em Assembleia Geral, quando o saldo dessa reserva, somado às demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, ultrapassar o limite de 100% do capital social, podendo ocorrer sua utilização para o aumento de capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

GESTÃO DE CAPITAL E DOS RISCOS DE LIQUIDEZ, MERCADO, CRÉDITO, OPERACIONAL, ESTRATÉGICO, SOCIOAMBIENTAL E REPUTACIONAL

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco visa assegurar um crescimento sustentável com efetivo controle das operações, otimizando a utilização do capital e garantindo a solvência da Instituição, o aprimoramento contínuo dos seus processos e maior segurança e retorno aos acionistas.

O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada por uma estrutura segregada das demais unidades de negócios responsável pelos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, estratégico, socioambiental, reputacional, gestão do capital e governança de risco de modelos. O processo de Gerenciamento de Riscos Integrados consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, reportar e mitigar os riscos do Banco, reportando-os à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas e dos relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação da Administração. As informações detalhadas sobre a estrutura de gerenciamento de riscos do Banco podem ser consultadas no site www.carrefoursolucoes.com.br, na página de Governança Corporativa.

AGRADECIMENTOS

O Banco Carrefour agradece a todos os nossos clientes pela preferência e confiança depositadas em nossos serviços. Estendemos nossa gratidão aos nossos colaboradores, cuja entrega, dedicação e excelência no trabalho foram fundamentais para impulsionar a transformação do nosso negócio, sempre com foco na missão de melhorar a vida das famílias brasileiras, garantindo acesso ao crédito e oferecendo serviços financeiros inovadores. Reconhecemos que, sem eles, não seríamos capazes de atingir os resultados alcançados.

A DIRETORIA

São Paulo, 8 de fevereiro de 2024.

(*) Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 2/20, foi adaptada a apresentação do gráfico de receitas, em linha com as demonstrações dos resultados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Exercícios		Passivo	Nota explicativa	Exercícios	
		31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	4	9.080	11.292	Passivos financeiros		12.366.597	11.069.064
Instrumentos financeiros		16.827.911	14.623.729	Depósitos		951.406	1.350.478
Relações interfinanceiras	5	81.208	281.012	Depósitos à vista.....	13.1	17.004	14.271
Conta de pagamento instantâneo.....		81.208	9.070	Depósitos a prazo.....	13.2	483.827	166.161
Aplicações em depósitos voluntários no Banco Central.....		-	271.942	Depósitos interbancários.....	14	450.575	1.170.046
Títulos e valores mobiliários - TVM	6	944.533	834.326	Captação no mercado aberto	15	270.739	253.103
Carteira própria.....		672.396	577.600	Carteira própria.....		270.739	253.103
Vinculados a compromisso de recompra.....		271.666	256.310	Recursos de aceites e emissão de títulos	16	2.296.608	2.076.320
Vinculados à prestação de garantias.....		471	416	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, crédito e similares.....		2.296.608	2.076.320
Operações de crédito	7	15.802.170	13.508.391	Relações interfinanceiras	17	8.847.844	7.389.163
Setor privado.....		6.920.879	5.897.777	Recebimentos e pagamentos a liquidar.....		8.847.844	7.389.163
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito..		(2.843.532)	(2.288.402)	Outras obrigações		3.295.891	2.486.334
Valores a receber relativos a transações de pagamento.....		11.858.420	10.000.311	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....		4.932	5.134
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito..		(133.597)	(101.295)	Sociais e estatutárias.....	20.4	-	103.498
Outros créditos	8	484.887	659.267	Fiscais e previdenciárias.....	18.1	47.194	41.840
Rendas a receber.....		39.043	32.633	Diversas.....	18.2	3.243.765	2.335.862
Diversos.....		445.844	626.634	Provisões	19	39.869	24.692
Outros valores e bens		156.891	175.441	Passivos fiscais	9.3	633	24.554
Outros valores e bens.....		-	104	Correntes.....		-	24.217
Despesas antecipadas.....	3.6	156.891	175.337	Diferidos.....		633	337
Ativos fiscais		372.936	303.429	Patrimônio líquido	20	3.209.175	3.172.337
Diferidos.....	9.1	372.936	303.429	Capital		1.742.000	1.742.000
Investimento	10	121.447	113.827	De domiciliados no país.....		1.742.000	1.742.000
Imobilizado de uso	11	98.096	110.462	Reservas de capital	20.1	11.621	8.897
Outras imobilizações de uso.....		212.740	206.034	Reservas de lucros	20.2	1.454.881	1.421.353
(-) Depreciações acumuladas.....		(114.644)	(95.572)	Outros resultados abrangentes	20.3	673	87
Intangível	12	840.917	779.534	Total do ativo		18.912.165	16.776.981
Ativos intangíveis.....		1.401.488	1.274.775	Total do passivo e do patrimônio líquido		18.912.165	16.776.981
(-) Amortizações acumuladas.....		(560.571)	(495.241)				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Exercícios		
		2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado		2.005.799	3.865.847	3.222.943
Lucro líquido.....		108.989	183.408	363.152
Ajustes ao lucro líquido		1.896.810	3.682.439	2.859.791
Depreciações e amortizações.....	11.2, 12.2 e 26	66.420	130.892	112.565
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	7.4	1.729.397	3.428.957	2.789.531
Atualização monetária de depósitos judiciais.....	28	(1.147)	(2.570)	(38.029)
Atualização monetária de impostos a compensar.....	28	(3.520)	(3.520)	(312)
Impostos diferidos.....		(11.576)	(69.500)	(34.064)
Receita de juros não recebidos de títulos e valores mobiliários.....		(56.931)	(112.292)	(81.098)
Despesa de juros não realizados de captações e depósitos.....		114.072	284.897	105.339
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas.....	19.2.2	10.354	26.441	13.427
Provisão para contingências e outras provisões fiscais.....	19.2.2	14	29	43.048
Outras provisões.....		8.384	14.946	16.151
Provisão para crédito em confiança.....		(540)	(78)	1.178
Provisão inspeção de taxas e tarifas - DECON.....	29	57.632	58.603	29.165
Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital.....	20.1	1.591	2.733	2.814
(Ganho) / Perda na venda do imobilizado.....	11	21.523	21.523	186
(Ganho) / Perda na baixa de intangível.....	12	26.451	26.451	33
Ajuste de avaliação atuarial (benefícios pós-emprego).....		25	25	50
Resultado de equivalência patrimonial.....	10	(65.339)	(125.098)	(100.193)
Variação de ativos e passivos		(2.007.843)	(3.696.602)	(2.648.143)
(Aumento) / Redução dos ativos		(3.288.940)	(5.415.025)	(4.808.301)
Títulos e valores mobiliários.....		1.891	2.440	(255.030)
Operações de crédito.....		(3.338.348)	(5.722.658)	(4.684.055)
Comissões a receber.....		783	1.061	(2.376)
Valores a receber de sociedades ligadas.....		(66.628)	(19.779)	(27.578)
Outros créditos.....		68.602	254.127	(345.446)
Outros valores e bens.....		11.647	18.550	(73.170)
Impostos a compensar.....		31.907	49.744	2.056
Depósitos judiciais.....		1.206	1.490	577.298
Aumento / (Redução) das obrigações		1.281.097	1.718.423	2.160.158
Captação no mercado aberto.....		118.568	59.400	230.546
Captação em letras financeiras.....		(286.632)	63.431	727.815
Depósitos interfinanceiros.....		(430.444)	(660.659)	501.279
Depósitos a prazo.....		191.793	280.886	58.024
Impostos e contribuições a pagar.....		(77.089)	(18.780)	182.194
Obrigações com pessoal.....		(2.449)	(7.516)	(9.391)
Depósitos à vista.....		1.833	2.734	2.219
Valores a pagar a sociedades ligadas.....		217.790	554.287	510.243
Contas a pagar.....		1.671.981	1.746.479	1.027.580
Realização de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.....	19.2.2	(8.227)	(12.229)	(634.613)
Outras movimentações - PROCON.....	19.2.2	-	936	-
Impostos pagos.....		(30.237)	(98.709)	(295.046)
Juros pagos.....		(85.790)	(191.837)	(140.692)
Caixa líquido gerado / (consumido) pelas atividades operacionais		(2.044)	169.245	574.800
Atividades de investimento				
Dividendos recebidos.....		-	110.000	18.680
Aquisição de imobilizado de uso.....	11	(12.242)	(45.203)	(66.185)
Aquisição de intangível.....	12	(111.806)	(182.680)	(113.394)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(124.048)	(117.883)	(160.899)
Atividades de financiamento				
Dividendos pagos.....	37	-	(253.378)	(131.875)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		-	(253.378)	(131.875)
Aumento / (Diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		(126.092)	(202.016)	282.026
Caixa e equivalentes de caixa no início do período e do exercício.....	4	216.380	292.304	10.278
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	4	90.288	90.288	292.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Exercícios		
		2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Receitas da intermediação financeira		2.293.776	4.425.661	3.610.947
Operações de crédito.....	21	2.236.791	4.313.016	3.528.390
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	22	56.985	112.645	82.557
Despesas da intermediação financeira		(234.574)	(459.370)	(364.226)
Operações de captação no mercado.....	23	(234.574)	(459.370)	(364.226)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.059.202	3.966.291	3.246.721
Despesas de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.4	(1.729.397)	(3.428.957)	(2.789.531)
Outras receitas (despesas) operacionais		(256.745)	(366.973)	73.746
Receitas de prestação de serviços.....	24	827.247	1.619.979	1.504.969
Despesas de pessoal.....	25	(98.762)	(201.415)	(170.847)
Outras despesas administrativas.....	26	(656.943)	(1.327.277)	(1.172.904)
Despesas tributárias.....	27	(118.205)	(255.313)	(284.739)
Resultado de participações em coligadas e controladas.....	10	65.339	125.098	100.193
Reversões (Despesas) e atualizações de provisões de contingências cíveis e trabalhistas.....	19.2.2	(10.354)	(26.441)	(13.427)
Reversões (Despesas) e atualizações de outras provisões.....	19.2.2	(14)	(29)	(26)
Outras receitas operacionais.....	28	41.547	134.573	437.653
Outras despesas operacionais.....	29	(306.600)	(436.148)	(327.126)
Resultado operacional		73.060	170.361	530.936
Outras receitas (despesas) não operacionais.....		-	-	3
Resultado não operacional		-	-	3
Resultado antes da tributação sobre o lucro		73.060	170.361	530.939
Imposto de renda e contribuição social	30	35.929	13.047	(167.787)
Provisão para imposto de renda corrente.....		13.916	(31.047)	(111.420)
Provisão para contribuição social corrente.....		10.437	(25.406)	(90.431)
Ativo fiscal diferido para imposto de renda.....		6.431	38.611	18.925
Ativo fiscal diferido para contribuição social.....		5.145	30.889	15.139
Lucro líquido		108.989	183.408	363.152
Quantidade de ações (mil)		1.114.671	1.114.671	1.114.671
Lucro por ação (em R\$)		0,10	0,16	0,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)

		Exercícios		
		2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido		108.989	183.408	363.152
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado				
Ativos financeiros disponíveis para venda.....	54	352	1.458	
Variação de valor justo - TVM.....	98	640	2.651	
Impostos diferidos - TVM.....	(44)	(288)	(1.193)	
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado	234	234	42	
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego.....	234	234	42	
Total do resultado abrangente		109.277	183.994	364.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Continua...)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reserva de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.742.000	5.235	1.115.073	(1.413)	-	2.860.895
Pagamento baseado em instrumentos de capital	20.1	-	3.662	-	-	-	3.662
Ajuste ao valor justo – TVM	20.3	-	-	-	1.458	-	1.458
Ajuste ao valor atuarial – Benefícios pós-emprego	20.3	-	-	-	42	-	42
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	20.4	-	-	(131.875)	-	-	(131.875)
Reversão dos dividendos propostos de exercícios anteriores	20.4	-	-	178.501	-	-	178.501
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	363.152	363.152
Destinações:							
Reserva legal	20.2	-	-	18.158	-	(18.158)	-
Reserva estatutária	20.2	-	-	241.496	-	(241.496)	-
Dividendos a pagar sobre o lucro gerado no exercício	20.4	-	-	-	-	(103.498)	(103.498)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.742.000	8.897	1.421.353	87	-	3.172.337
Mutação do exercício		-	3.662	306.280	1.500	-	311.442
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.742.000	8.897	1.421.353	87	-	3.172.337
Pagamento baseado em instrumento de capital	20.1	-	2.724	-	-	-	2.724
Ajuste ao valor justo – TVM	20.3	-	-	-	352	-	352
Ajuste ao valor atuarial – Benefícios pós-emprego	20.3	-	-	-	234	-	234
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	20.4	-	-	(149.880)	-	-	(149.880)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	183.408	183.408
Destinações:							
Reserva legal	20.2	-	-	9.170	-	(9.170)	-
Reserva estatutária	20.2	-	-	174.238	-	(174.238)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.742.000	11.621	1.454.881	673	-	3.209.175
Mutação do exercício		-	2.724	33.528	586	-	36.838
Saldos em 30 de junho de 2023		1.742.000	10.001	1.271.473	385	74.419	3.098.278
Pagamento baseado em instrumentos de capital	20.1	-	1.620	-	-	-	1.620
Ajuste ao valor justo – TVM	20.3	-	-	-	54	-	54
Ajuste ao valor atuarial – Benefícios pós-emprego	20.3	-	-	-	234	-	234
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	108.989	108.989
Destinações:							
Reserva legal	20.2	-	-	9.170	-	(9.170)	-
Reserva estatutária	20.2	-	-	174.238	-	(174.238)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.742.000	11.621	1.454.881	673	-	3.209.175
Mutação do semestre		-	1.620	183.408	288	(74.419)	110.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CSF S.A. ("Banco"), controlado pelo Atacadão S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Dr. Chucuri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andares - Vila Cordeiro - São Paulo - SP, constituído em 31 de agosto de 2006 e está autorizado a operar nas Carteiras de Investimento, Crédito, Financiamento e Investimentos regulamentados pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O BACEN concedeu a autorização para funcionamento do Banco, através do despacho da Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro em 31 de agosto de 2006, publicado no Diário Oficial da União em 4 de setembro de 2006. As atividades do Banco deram início em janeiro de 2007, com o cartão *Private Label* utilizado por seus clientes para realização de compras dentro da rede Carrefour.

Em 8 de fevereiro de 2019, a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) deferiu o Termo de Autenticação - Registro de Constituição da empresa CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda. É uma empresa subsidiária, da qual o Banco é detentor de 100% do capital social.

Em 25 de maio de 2020, foi dado início as atividades da conta reserva do Banco (SPB / conta STR), conforme a Instrução Normativa BCB nº 307/22, através do correio nº 120039130.

Em 20 de setembro de 2021, foi aprovado pelo INSS a oferta do produto Consignado, conforme processo nº 35014.017761/2021-69.

Atualmente, o Banco é um dos principais emissores de cartão de crédito no Brasil, emitindo cartões com as marcas Carrefour, Atacadão e a partir de novembro de 2022, Sam's Club, com as bandeiras Visa e Mastercard.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Sobre o pressuposto da continuidade, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, e estão em conformidade com a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, e com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. O CMN e o BACEN aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável:

- Resolução CMN nº 4.924/21 - CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico;
- Resolução CMN nº 4.924/21 - CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos;
- Resolução CMN nº 4.524/16 - CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis;
- Resolução CMN nº 4.818/20 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa;
- Resolução CMN nº 4.534/16 - CPC 04 (R1) - Ativo intangível;
- Resolução CMN nº 4.818/20 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas;
- Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações;
- Resolução CMN nº 4.924/21 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
- Resolução CMN nº 4.818/20 - CPC 24 - Eventos subsequentes;
- Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- Resolução CMN nº 4.535/16 - CPC 27 - Ativo imobilizado;
- Resolução CMN nº 4.747/19 - CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda;
- Resolução CMN nº 4.877/20 - CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados;
- Resolução CMN nº 4.818/20 - CPC 41 - Resultado por ação;
- Resolução CMN nº 4.924/21 - CPC 46 - Mensuração do valor justo; e
- Resolução CMN nº 4.924/21 - CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

Normas que entram em vigor no exercício corrente:

Instrução Normativa BCB nº 343 - Alteração das rubricas contábeis do elenco de contas do Plano COSIF

Cria e altera rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo BACEN (COSIF). O normativo, divulgado em 13 de janeiro de 2023, busca adaptar o plano de contas COSIF aos novos requerimentos de capital regulamentar aplicáveis às instituições de pagamento definidos nas Resoluções BCB nºs. 198, 200 e 202. Em função dessas Resoluções, verificou-se a necessidade de alterar as Instruções Normativas BCB nºs. 268, 270, 271, 273, 275 e 315, todas de 1º de abril de 2022, de modo a criar e ajustar no COSIF as rubricas necessárias para os registros contábeis pertinentes.

A Resolução entrou em vigor em 1º de julho de 2023, as alterações foram aplicadas na data de entrada em vigor do normativo.

Normas que entrarão em vigor em períodos futuros:

Resolução CMN nº 5.112/23 - Saldo devedor da fatura de cartão de crédito e de demais instrumentos de pagamento pós-pagos

A Resolução CMN nº 5.112/23 altera a Resolução CMN nº 4.549/17, que dispõe sobre o financiamento do saldo devedor da fatura de cartão de crédito e de demais instrumentos de pagamento pós-pagos, a Resolução CMN nº 5.004/22, que dispõe sobre os requisitos a serem observados na oferta, na contratação e na prestação de serviços de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, e a Resolução CMN nº 5.057/22, que dispõe sobre a portabilidade de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro.

A Resolução entrará em vigor em 1º de julho de 2024, os impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor dos normativos.

Resolução CMN nº 4.966/21 - Convergência às normas internacionais (IFRS 9)

A Resolução CMN nº 4.966/21 e a Resolução CMN nº 5.019/22 emitidas pelo BACEN dispõem sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Para o plano de implementação, e conforme definido no artigo 70 da Resolução CMN nº 4.966/21, os critérios contábeis estabelecidos serão aplicados prospectivamente a partir da data de sua entrada em vigor. Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos serão registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A Resolução esclarece que ficam facultadas às instituições mencionadas no artigo 1º a elaboração e a divulgação das demonstrações financeiras de acordo com o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo BACEN (COSIF), até o exercício de 2024, adicionalmente às demonstrações no padrão contábil internacional, conforme o disposto na Resolução nº 4.818, de 29 de maio de 2020.

A Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025, os impactos foram avaliados juntamente com as demais Resoluções e Instruções Normativas atreladas a ela e o plano de ação foi iniciado e será concluído até a data de entrada em vigor dos normativos.

Resolução CMN nº 4.975/21 - Convergência às normas internacionais (IFRS 16)

Em dezembro de 2021, o BACEN publicou a Resolução CMN nº 4.975/21, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo do normativo é a convergência das normas contábeis das instituições financeiras às normas internacionais.

A Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025, os impactos estão sendo avaliados juntamente com as demais Resoluções e Instruções Normativas atreladas a ela e serão concluídos até a data de entrada em vigor dos normativos.

Lei nº 14.467/22 - Tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos

A Lei nº 14.467/22 dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A nova regra entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025, os impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da Lei.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Administração em 8 de fevereiro de 2024.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, substancialmente, com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data das demonstrações financeiras.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa foram apurados de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 03, e são representados por depósitos em instituições financeiras, incluindo as disponibilidades, bem como aplicações interfinanceiras de liquidez, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, bem como possuem prazo total de aplicação de até 90 dias a partir da data da aplicação. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.4. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são aqueles adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, ajustados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo, acrescido pelos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras e ajustado pelo valor justo, sendo esses ajustes lançados em conta específica do patrimônio líquido na rubrica "Ajuste ao valor justo - TVM", líquidos dos efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas de "títulos disponíveis para venda", quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação nas Demonstrações dos Resultados em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras. O ágio ou deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos remanescentes dos títulos.

Na data das demonstrações financeiras não existiam títulos e valores mobiliários classificados nas categorias: "títulos para negociação" e "títulos mantidos até o vencimento".

3.5. Operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento e provisão para operações de crédito e para valores a receber relativos a transações de pagamento

As operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos são classificadas quanto ao nível de risco, de acordo com critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira.

Adicionalmente, além dos parâmetros estabelecidos na referida Resolução, o procedimento de provisionamento do Banco considera a perda histórica da carteira de crédito para avaliação da suficiência dos montantes registrados no balanço.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente do seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação e se houver amortização significativa da operação, poderá ocorrer a reclassificação para uma categoria de menor nível. Aquelas que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação permanecem classificadas como nível H, sendo os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente reconhecidos como resultado quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota 7.2.

3.6. Despesas antecipadas

São representadas, substancialmente, por valores pagos relativos à contratação de licença de uso de software, antecipação de despesas de prestação de serviços de processamento de dados e seguros contratados. Tais valores são apropriados ao resultado pelo prazo previsto contratualmente. Fazem parte também do grupo de despesas antecipadas os custos com originação de aquisição de clientes do Banco. Tais custos são amortizados levando-se em consideração o prazo médio de durabilidade do ciclo de vida dos produtos, assim como o percentual observado de ativação dos plásticos.

3.7. Investimento

O investimento do Banco em entidades é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

Tal investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Banco no lucro ou prejuízo líquido do período da investida até a data em que a influência significativa ou controle em conjunto deixa de existir.

3.8. Ativo imobilizado

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil econômica estimada dos bens, detalhadas na nota 11, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado periodicamente por empresa especializada, bem como a avaliação interna da Administração.

(Continua...)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

3.9. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade e são registrados pelo custo, deduzido da amortização calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, detalhadas na nota 12, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado periodicamente por empresa especializada, bem como a avaliação interna da Administração.

3.10. Ajuste ao valor de recuperação de ativos não financeiros (Impairment)

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de redução do valor de recuperação dos mesmos.

3.11. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e relações interfinanceiras
São demonstrados por valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os valores e prazos estão demonstrados nas notas 13, 14, 15, 16 e 17.

3.12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Instrução Normativa BCB nº 319/22, da seguinte forma:

• **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

• **Passivos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões para contingências são realizadas de acordo com o CPC 25.

O Banco adota a seguinte metodologia de provisão para contingências cíveis:

- As ações cíveis com risco acima de R\$ 25 mil são provisionadas na totalidade do risco provável apurado pela assessoria jurídica;
- Para as demais ações cíveis, o Banco adota a metodologia de ticket médio calculado trimestralmente, levando em consideração a média de perda dos últimos 12 meses. Considera-se média de perda, a média de pagamento multiplicado pelo % de favorabilidade ao autor; e
- Para os processos administrativos a avaliação de risco é realizada de forma individual, baseada na opinião dos assessores jurídicos e da Administração. Nestes casos, é provisionado o valor integral do risco.

O Banco adota a seguinte metodologia de provisão para contingências trabalhistas:

- Na constituição da provisão para processos trabalhistas com valor reclamado abaixo de R\$ 1 milhão, aplica-se a taxa estatística calculada trimestralmente, a qual, em resumo, considera o percentual do valor pago (total) *versus* o valor reclamado (total) do período de 24 meses, dos casos elegíveis à aplicação da taxa estatística, por categoria: i) hierarquia; ii) operacional; e iii) terceiro insolvente (TIN); e
- Para os processos trabalhistas com pedido acima de R\$ 1 milhão, Ministério Público do Trabalho e reclamações sindicais, aplica-se a análise individualizada do risco envolvido de cada processo.

• **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - Referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

3.13. Benefícios pós-emprego

O Banco participa de plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido. A obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço. A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente são reconhecidos na demonstração do resultado.

Foi publicada a Resolução CMN nº 4.877/20, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3.14. Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 20 mil no mês, e contribuição social 20% de janeiro de 2022 a julho de 2022 (Lei nº 14.183/21) e 21% de agosto de 2022 a dezembro de 2022. Em janeiro de 2023, a alíquota voltou a ser 20% (MP nº 1.115/22). Adicionalmente, foram constituídos créditos tributários às mesmas alíquotas vigentes para o imposto de renda e contribuição social, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros, suficientes para a compensação desses créditos.

3.15. Reservas de pagamentos baseados em instrumentos de capital

O custo é reconhecido como despesa com benefícios a empregados e corresponde ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga, ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e dos termos do plano. Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo pagamento baseado em ações é registrado como despesa com benefícios a empregados em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com a Resolução CMN nº 3.989/11 que aprovou o CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações. O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga.

3.16. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: determinação de prazo para realização dos créditos tributários, constituição de provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos e provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

A constituição de provisão para operações de crédito considera a expectativa de não recebimento futuro correlacionada às expectativas macroeconômicas.

3.17. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa apurada, a Administração do Banco concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.18. Resultados não recorrentes

De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20, em conjunto com os conceitos internos do manual de contabilidade do Grupo Carrefour, um item de resultado não recorrente será destacado quando seguir os seguintes critérios:

- não estar relacionado ou estar relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição;
- não estar previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros;
- estar classificado como eventos de *impairment*, resultado por baixa e/ou venda de ativos ou *write off*; e
- para os demais eventos, estar acima do critério de materialidade definido como R\$ 5 milhões para receitas e despesas.

7.2. Distribuição da carteira por prazo de vencimento das operações, segregadas por parcelas

Prazo	31/12/2023								31/12/2022	
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Operações em curso anormal										
Vincendas.....	-	206.781	161.199	20.938	9.082	6.962	5.516	87.399	497.877	447.866
01 a 30.....	-	59.933	37.403	5.346	2.717	2.215	1.824	32.921	142.359	131.980
31 a 60.....	-	26.187	18.844	2.398	1.052	807	666	11.890	61.844	59.008
61 a 90.....	-	19.330	15.383	1.888	770	550	459	7.888	46.268	41.379
91 a 180.....	-	39.179	33.432	3.800	1.447	1.041	828	13.696	93.423	86.741
181 a 365.....	-	40.071	34.367	3.881	1.560	1.152	833	11.719	93.583	82.385
Acima de 365.....	-	22.081	21.770	3.625	1.536	1.197	906	9.285	60.400	46.373
Vencidas.....	-	111.613	184.622	254.130	239.742	238.466	217.160	1.658.044	2.903.777	2.709.813
01 a 14.....	-	1.540	914	381	217	128	100	1.095	4.375	3.566
15 a 30.....	-	110.073	1.738	661	391	212	105	2.557	115.737	128.610
31 a 60.....	-	-	181.970	2.867	1.049	600	345	25.970	212.801	219.943
61 a 90.....	-	-	-	250.221	4.013	1.409	858	29.200	285.701	286.955
91 a 180.....	-	-	-	-	234.072	236.117	215.752	90.688	776.629	767.654
181 a 365.....	-	-	-	-	-	-	-	1.508.534	1.508.534	1.303.085
Subtotal.....	-	318.394	345.821	275.068	248.824	245.428	222.676	1.745.443	3.401.654	3.157.679
Provisão Resolução CMN nº 2.682/99.....	-	(3.184)	(10.375)	(27.507)	(74.647)	(122.714)	(155.874)	(1.745.443)	(2.139.744)	(1.859.424)

Prazo	31/12/2023								31/12/2022	
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Operações em curso normal (*)										
Vincendas.....	13.941.381	91	-	265.493	245.385	131.732	89.726	537.626	15.211.434	12.575.999
01 a 30.....	5.487.037	43	-	22.109	24.166	9.257	6.280	42.194	5.591.086	4.878.814
31 a 60.....	2.135.059	14	-	16.697	19.813	7.258	4.792	29.001	2.212.634	1.873.446
61 a 90.....	1.423.117	9	-	15.665	17.427	7.261	4.700	27.916	1.496.095	1.176.061
91 a 180.....	2.388.680	10	-	40.154	44.395	17.701	12.110	71.176	2.574.226	2.102.353
181 a 365.....	1.818.928	7	-	61.916	60.235	30.930	20.215	108.447	2.100.678	1.665.841
Acima de 365.....	688.560	8	-	108.952	79.349	59.325	41.629	258.892	1.236.715	879.484
Vencidas até 14 dias.....	165.458	-	-	226	166	63	53	245	166.211	164.410
Subtotal.....	14.106.839	91	-	265.719	245.551	131.795	89.779	537.871	15.377.645	12.740.409
Provisão Resolução CMN nº 2.682/99.....	(70.534)	(1)	-	(26.572)	(73.665)	(65.897)	(62.845)	(537.871)	(837.385)	(530.273)
Total da carteira.....	14.106.839	318.485	345.821	540.787	494.375	377.223	312.455	2.283.314	18.779.299	15.898.088
Total da provisão.....	(70.534)	(3.185)	(10.375)	(54.079)	(148.312)	(188.611)	(218.719)	(2.283.314)	(2.977.129)	(2.389.697)

(*) Curso normal são as operações com atraso inferior a 15 dias, incluindo as operações que foram renegociadas e deixaram de estar em atraso.

(Continua...)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades.....	9.080	11.292
Relações interfinanceiras.....	81.208	281.012
Total.....	90.288	292.304

5. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Conta de pagamento instantâneo.....	81.208	9.070
Aplicações em depósitos voluntários no BACEN ⁽ⁱ⁾	-	271.942
Total.....	81.208	281.012

⁽ⁱ⁾ Aplicações compromissadas *over night* em depósitos no BACEN.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O Banco não adota como estratégia de atuação, a aquisição de títulos e valores mobiliários com o propósito de serem negociados de forma ativa e frequente e também não tem a intenção de mantê-los até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários foi classificada na categoria "títulos disponíveis para venda" e não houve reclassificação de categoria entre os períodos apresentados.

A carteira de títulos e valores mobiliários é composta como segue:

Descrição	31/12/2023				
	Valores por prazo de vencimento				
	Valor de custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT ⁽ⁱ⁾:					
Carteira própria.....	667.102	(12)	-	667.090	667.090
Vinculados a operações compromissadas.....	271.699	(33)	271.666	-	271.666
Vinculados a garantias.....	471	-	-	471	471
Aplicações em fundos de investimento ⁽ⁱⁱ⁾:					
Carteira própria.....	4.701	605	-	5.306	5.306
Total.....	943.973	560	271.666	672.867	944.533

⁽ⁱ⁾ As operações são classificadas como Nível 1.

⁽ⁱⁱ⁾ As operações são classificadas como Nível 2.

Descrição	31/12/2022				
	Valores por prazo de vencimento				
	Valor de custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT ⁽ⁱ⁾:					
Carteira própria.....	572.814	(405)	-	572.409	572.409
Vinculados a operações compromissadas.....	256.476	(166)	256.476	(166)	256.310
Vinculados a garantias.....	416	-	-	416	416
Aplicações em fundos de investimento ⁽ⁱⁱ⁾:					
Carteira própria.....	4.700	491	-	5.191	5.191
Total.....	834.406	(80)	256.476	577.850	834.326

⁽ⁱ⁾ As operações são classificadas como Nível 1.

⁽ⁱⁱ⁾ As operações são classificadas como Nível 2.

O valor justo das letras financeiras do tesouro registradas na categoria "disponíveis para venda" foi apurado com base nas informações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA e os fundos de investimento foram apurados a partir do valor das cotas, divulgado pelos seus administradores. O ganho não realizado para estes títulos na data-base foi de R\$ 560 (31/12/2022: perda de R\$ 80), impactando positivamente o patrimônio líquido do Banco em R\$ 308 (31/12/2022: negativamente em R\$ 44), líquido dos efeitos tributários.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E VALORES A RECEBER RELATIVOS A TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

As informações da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, estão assim sumarizadas:

7.1. Por tipo de operação - pessoas físicas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos.....	6.920.879	5.897.777
Valores a receber relativos a transações de pagamento ⁽ⁱ⁾	11.858.420	10.000.311
Total da carteira.....	18.779.299	15.898.088
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	(2.843.532)	(2.288.402)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	-
- Valores a receber relativos a transações de pagamento.....	(133.597)	(101.295)
Total da carteira líquida de provisão.....	15.802.170	13.508.391

⁽ⁱ⁾ Referem-se aos valores a faturar de clientes, relativos às compras realizadas com cartão de crédito no período, entre a data da compra e a data do faturamento, e às transações de parcelamento de compras que não envolvam juros (parcelado sem juros).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

7.3. Por nível de concentração

Maiores devedores	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor	%	Provisão	Valor	%	Provisão
10 maiores clientes.....	1.021	0,01%	(1.021)	930	0,01%	(930)
50 seguintes maiores clientes.....	4.030	0,02%	(4.030)	3.746	0,02%	(3.746)
100 seguintes maiores clientes.....	6.982	0,04%	(6.982)	6.400	0,04%	(6.400)
Demais clientes.....	18.767.266	99,93%	(2.965.096)	15.887.012	99,93%	(2.378.621)
Subtotal da carteira e provisão.....	18.779.299	100%	(2.977.129)	15.898.088	100%	(2.389.697)

7.4. Movimentação da provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos

Movimentação	2º semestre de 2023		31/12/2023	31/12/2022
	Saldo Inicial.....	Constituição.....		
Saldo Inicial.....	(2.754.717)	(1.729.397)	(2.389.697)	(1.579.271)
Constituição.....	-	-	(3.430.225)	(2.797.958)
Reversão.....	-	-	1.268	8.427
Baixa para prejuízo.....	1.506.985	-	2.841.525	1.979.105
Saldo final.....	(2.977.129)	(2.977.129)	(2.977.129)	(2.389.697)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante de créditos recuperados recebidos foi de R\$ 94.333 (31/12/2022: R\$ 97.655) e os créditos renegociados totalizaram R\$ 3.272.474 (31/12/2022: R\$ 2.151.034).

10. INVESTIMENTO

10.1. Composição do investimento

No país	Participação	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor do investimento	Resultado de participações em controladas	Valor do investimento	Resultado de participações em controladas
CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.....	100%	121.447	125.098	113.827	100.193

10.2. Movimentação do investimento

No país	Patrimônio líquido em 31/12/2022	Resultado do exercício	Dividendos adicionais recebidos	Dividendos distribuídos	Patrimônio líquido em 31/12/2023
CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.....	113.827	125.098	(79.949)	(37.529)	121.447
CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.....	43.679	100.193	13	(30.058)	113.827

11. IMOBILIZADO

11.1. Composição do ativo imobilizado

Descrição	Taxas anuais de depreciação	31/12/2023			31/12/2022		
		Custo	Depreciação contábil	Valor	Custo	Depreciação contábil	Valor
Instalações.....	10%	12.377	(4.356)	8.021	13.544	(5.730)	7.814
Móveis e equipamentos de uso.....	De 10% a 20%	6.375	(3.184)	3.191	6.809	(3.019)	3.790
Sistema de comunicação.....	De 10% a 20%	1.654	(1.293)	361	1.980	(1.650)	330
Sistema de processamento de dados.....	De 12,5% a 33,3%	191.865	(105.342)	86.523	183.170	(84.690)	98.480
Sistema de segurança.....	20%	469	(469)	-	531	(483)	48
Total.....		212.740	(114.644)	98.096	206.034	(95.572)	110.462

11.2. Movimentação do ativo imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Custo		Depreciação		Saldo em 31/12/2023
		Aquisição	Baixa (i)	Despesa	Baixa (i)	
Instalações.....	7.814	4.003	(5.170)	(1.260)	2.634	8.021
Móveis e equipamentos de uso.....	3.790	310	(744)	(625)	460	3.191
Sistema de comunicação.....	330	153	(479)	(112)	469	361
Sistema de processamento de dados.....	98.480	40.737	(32.042)	(34.007)	13.355	86.523
Sistema de segurança.....	48	-	(62)	(42)	56	-
Total.....	110.462	45.203	(38.497)	(36.046)	16.974	98.096

(i) Os valores referem-se, substancialmente, a baixas por perdas de POS ("Point of sales").

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Custo		Depreciação		Saldo em 31/12/2022
		Aquisição	Baixa	Despesa	Baixa	
Instalações.....	7.196	1.751	-	(1.133)	-	7.814
Móveis e equipamentos de uso.....	3.242	1.139	(23)	(583)	15	3.790
Sistema de comunicação.....	234	223	(14)	(127)	14	330
Sistema de processamento de dados.....	59.730	63.072	(974)	(24.144)	796	98.480
Sistema de segurança.....	127	-	-	(79)	-	48
Total.....	70.529	66.185	(1.011)	(26.066)	825	110.462

12. INTANGÍVEL

12.1. Composição do ativo intangível

Descrição	Taxas anuais de amortização	31/12/2023			31/12/2022		
		Custo	Amortização	Valor contábil	Custo	Amortização	Valor contábil
Softwares e sistemas desenvolvidos.....	12,5%	407.115	(185.979)	221.136	359.937	(174.162)	185.775
Softwares e sistemas em desenvolvimento.....	0%	169.373	-	169.373	89.838	-	89.838
Direito de exclusividade.....	6,5%	825.000	(374.592)	450.408	825.000	(321.079)	503.921
Total.....		1.401.488	(560.571)	840.917	1.274.775	(495.241)	779.534

12.2. Movimentação do ativo intangível

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Custo		Amortização		Saldo em 31/12/2023
		Aquisição	Baixa (i)	Transferência para utilização	Despesa	
Softwares e sistemas desenvolvidos.....	185.775	3.530	(55.967)	99.615	(41.333)	29.516
Softwares e sistemas em desenvolvimento.....	89.838	179.150	-	(99.615)	-	169.373
Direito de exclusividade.....	503.921	-	-	-	(53.513)	450.408
Total.....	779.534	182.680	(55.967)	-	(94.846)	840.917

(i) Os valores referem-se, substancialmente, às baixas de projetos descontinuados.

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Custo		Amortização		Saldo em 31/12/2022
		Aquisição	Baixa	Transferência para utilização	Despesa	
Softwares e sistemas desenvolvidos.....	151.189	5.360	(33)	62.244	(32.986)	185.774
Softwares e sistemas em desenvolvimento.....	44.048	108.034	-	(62.244)	-	89.838
Direito de exclusividade.....	557.435	-	-	-	(53.513)	503.922
Total.....	752.672	113.394	(33)	-	(86.499)	779.534

Os ativos intangíveis referem-se à aquisição, desenvolvimento de software e direito de exclusividade, destinados à manutenção da atividade do Banco e implementação de novos produtos.

O direito de exclusividade refere-se ao valor pago ao Atacadão S.A. pela exclusividade na oferta e distribuição de serviços financeiros pelo Banco.

A amortização é realizada pelo método linear, pela estimativa de vida útil dos ativos adquiridos e desenvolvimento de software e pelo período de dezesseis anos para o ativo de direito de exclusividade, durante o qual espera-se que os benefícios futuros sejam substancialmente alcançados.

De acordo com a avaliação elaborada pela Administração sobre os ativos intangíveis, concluiu-se que, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não houve nenhuma indicação relevante de que os ativos possam ter sofrido qualquer desvalorização.

13. DEPÓSITOS

13.1. Depósitos à vista

Valores de saldo credor em faturas de cartões de crédito referentes a pagamentos efetuados a maior pelos clientes, no montante de R\$ 17.004 (31/12/2022: R\$ 14.271).

13.2. Depósitos a prazo

Captações na modalidade CDB – Certificado de Depósito Bancário, por intermédio de corretoras, à taxa média de juros pós-fixada de 105,20% do DI (31/12/2022: 101,20% do DI).

Prazo de vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Até 3 meses.....	226.146	11.941
De 3 a 12 meses.....	79.798	10.226
De 1 a 3 anos.....	177.883	143.994
Total.....	483.827	166.161

14. DEPÓSITOS INTERBANCÁRIOS

As captações na modalidade CDI – Certificado de Depósito Interbancário foram realizadas em condições de mercado, à taxa média de DI + 0,28% a.a. (31/12/2022: média de DI + 0,64% a.a.).

Prazo de vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Até 3 meses.....	450.575	1.170.046
Total.....	450.575	1.170.046

(Continua...)

8. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Rendas a receber.....	39.043	-	39.043	32.633	-	32.633
Diversos.....	435.003	10.841	445.844	618.939	7.695	626.634
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 31).....	141.913	-	141.913	122.134	-	122.134
Valores a receber - APAG (i).....	112.360	-	112.360	115.360	-	115.360
Devedores diversos no país (ii).....	62.268	-	62.268	23.322	-	23.322
Impostos a compensar.....	54.353	-	54.353	1.874	-	1.874
Crédito em confiança.....	25.109	-	25.109	17.986	-	17.986
Depósitos em garantia - CSLL.....	22.833	-	22.833	21.220	-	21.220
Outros depósitos em garantia (iii).....	3.092	10.841	13.933	6.771	7.695	14.466
Incentivo a receber (iv).....	12.423	-	12.423	309.147	-	309.147
Adiantamentos e antecipações salariais.....	652	-	652	1.125	-	1.125
Total.....	474.046	10.841	484.887	651.572	7.695	659.267

(i) Referem-se aos valores a receber da adquirente Cielo, sobre transações de vendas realizadas nos POS ("Point of sales"), produto APAG.

(ii) Referem-se, substancialmente, a valores a receber das bandeiras sobre aliança estratégica, no montante de R\$ 45.735 (31/12/2022: R\$ 3.298), saques em redes credenciadas, no montante de R\$ 4.121 (31/12/2022: R\$ 4.870) e recebimento de clientes em trânsito, no montante de R\$ 2.908 (31/12/2022: R\$ 5.127).

(iii) Referem-se, substancialmente, a valores de depósitos de processos cíveis, no montante de R\$ 8.241 (31/12/2022: R\$ 8.177), depósitos para garantia de reclamações trabalhistas, no montante de R\$ 2.164 (31/12/2022: R\$ 2.889) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, no montante de R\$ 2.754 (31/12/2022: R\$ 2.668).

(iv) Referem-se, substancialmente, aos incentivos com as bandeiras Mastercard e Visa, devido à renovação contratual ocorrida no exercício de 2022.

9. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 372.936 (31/12/2022: R\$ 303.429), referem-se às diferenças temporárias, basicamente, representadas pela provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, provisão para pagamento de bônus e participação nos lucros. Todos os créditos tributários estão reconhecidos na contabilidade, ou seja, o Banco não possui créditos não ativados.

9.1. Movimentação dos ativos fiscais diferidos

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Saldo em 31/12/2022	IR (Realização)	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022	CS (Realização)	Saldo em 31/12/2023
Refletido no resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos (i).....	147.324	19.662	166.986	117.859	15.729	133.588
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros.....	7.541	2.371	9.912	6.033	1.896	7.929
Provisão para contingências tributárias.....	71	7	78	57	6	63
Provisão para perdas operacionais.....	7.326	12.784	20.110	5.861	10.227	16.088
Provisão para contingências cíveis.....	3.906	3.354	7.260	3.124	2.684	5.808
Provisão para contingências trabalhistas.....	2.197	433	2.630	1.757	347	2.104
Refletido no patrimônio líquido						
Ajuste ao valor justo sobre TVM.....	207	4	211	166	3	169
Total.....	168.572	38.615	207.187	134.857	30.892	165.749

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Saldo em 31/12/2021	IR (Realização)	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	CS (Realização)	Saldo em 31/12/2022
Refletido no resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos (i).....	94.245	53.079	147.324	75.397	42.462	117.859
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros.....	8.787	(1.246)	7.541	7.028	(995)	6.033
Provisão para contingências tributárias.....	40.739	(40.668)	71	32.592	(32.535)	57
Provisão para perdas operacionais.....	539	6.787	7.326	431	5.430	5.861
Provisão para contingências cíveis.....	3.515	391	3.906	2.812	312	3.124
Provisão para contingências trabalhistas.....	1.615	582	2.197	1.292	465	1.757
Refletido no patrimônio líquido						
Ajuste ao valor justo sobre TVM.....	683	(476)	207	546	(380)	166
Total.....	150.123	18.449	168.572	120.098	14.759	134.857

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

15. CAPTAÇÃO NO MERCADO ABERTO

Em 31 de dezembro de 2023, as captações no mercado aberto foram realizadas à taxa SELIC de 11,65% a.a. (31/12/2022: 13,70% a.a.) e estavam compostas como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Carteira própria:		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (até 90 dias).....	270.739	253.103
Total	270.739	253.103

16. CAPTAÇÃO EM LETRAS FINANCEIRAS

As letras financeiras foram emitidas conforme segue:

Emissão	Título	Vencimento	Taxa	Pagamento	Valor
2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2024	DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 300.000
2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2024	DI+1,10% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 250.000
2022	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2024	De DI+1,00% a.a. até DI+1,05% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 400.000
2022	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	De DI+1,10% a.a. até DI+1,15% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 300.000
2023	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	De DI+1,25% a.a. até DI+1,40% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 700.000
2023	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	108% a.a. do DI	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 12.000

Os valores captados estão acrescidos das despesas auferidas até a data das demonstrações financeiras, calculadas pro rata dia.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as letras financeiras estavam compostas como segue:

Prazo de vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Até 3 meses.....	152.248	-
De 3 a 12 meses.....	988.773	706.541
De 1 a 3 anos.....	1.155.587	1.369.779
Total	2.296.608	2.076.320

17. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Valores a pagar a adquirentes, relativos às transações realizadas com cartão de crédito bandeirado e conta digital.

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Recebimentos e pagamentos a liquidar - Arranjo de pagamento.....	8.829.665	18.179	8.847.844	7.376.391	12.772	7.389.163
Total	8.829.665	18.179	8.847.844	7.376.391	12.772	7.389.163

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

18.1. Fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
COFINS.....	18.176	-	18.176	18.065	-	18.065
Impostos e contribuições sobre salários.....	15.144	1.245	16.389	11.978	1.605	13.583
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros.....	5.670	-	5.670	4.421	-	4.421
PIS.....	2.954	-	2.954	2.935	-	2.935
ISS.....	2.837	-	2.837	2.732	-	2.732
IRRF.....	1.168	-	1.168	104	-	104
Total	45.949	1.245	47.194	40.235	1.605	41.840

18.2. Diversas

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Valores a repassar a bancos sobre créditos cedidos (i).....	1.296.170	-	1.296.170	1.025.770	71.382	1.097.152
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 31) (ii).....	915.076	226.023	1.141.099	544.365	127.293	671.658
Obrigações por transações de pagamento (iii).....	317.998	58.999	376.997	238.089	54.062	292.151
Credores diversos - país (iv).....	295.834	80.371	376.205	199.668	29.160	228.828
Provisão para despesas de pessoal.....	50.834	2.460	53.294	42.948	3.125	46.073
Total	2.875.912	367.853	3.243.765	2.050.840	285.022	2.335.862

- (i) Referem-se a repasses de valores a bancos sobre créditos cedidos pela empresa Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e Atacadão S.A., anteriormente registrados na rubrica "Valores a pagar a sociedades ligadas", que não sofreram alterações no prazo de pagamento ou incremento de taxa de juros.
- (ii) Referem-se, substancialmente, a valores de compras de clientes realizadas nas lojas Carrefour, Atacadão e BIG que serão repassadas para essas instituições, no montante de R\$ 1.096.622 (31/12/2022: R\$ 632.149), a pagamentos por serviços prestados, no montante de R\$ 21.730 (31/12/2022: R\$ 20.001) e incentivo de venda, no montante de R\$ 12.348 (31/12/2022: R\$ 10.715).
- (iii) Referem-se a repasses de valores a lojistas, referente a compras de clientes realizadas no marketplace.
- (iv) Referem-se, substancialmente, a contas a pagar a fornecedores, no montante de R\$ 191.035 (31/12/2022: R\$ 130.975).

19. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

19.1. Ativos contingentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Banco não identificou ativos contingentes.

19.2. Passivos contingentes

O Banco é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3.12. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir perdas decorrentes dos respectivos processos.

19.2.1. Classificação dos passivos contingentes

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisões para contingências cíveis.....	6.969	22.069	29.038	9.264	6.358	15.622
Provisões para contingências trabalhistas.....	5.049	5.469	10.518	5.331	3.455	8.786
Outras provisões (i).....	148	165	313	284	-	284
Total	12.166	27.703	39.869	14.879	9.813	24.692

(i) Refere-se à multa sobre FGTS.

19.2.2. Movimentação dos passivos contingentes

Descrição	31/12/2023			
	Cíveis (i)	Trabalhistas (ii)	Outras provisões	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.622	8.786	284	24.692
Constituição.....	29.805	17.905	29	47.739
Atualização monetária.....	6.629	114	-	6.743
Reversão.....	(16.922)	(11.090)	-	(28.012)
Realização.....	(7.032)	(5.197)	-	(12.229)
Outras movimentações - PROCON.....	936	-	-	936
Saldos em 31 de dezembro de 2023	29.038	10.518	313	39.869

Descrição	31/12/2022			
	Fiscais	Cíveis (i)	Trabalhistas (ii)	Outras provisões
Saldos em 31 de dezembro de 2021	582.053	14.061	6.458	258
Constituição.....	19.727	12.490	9.081	26
Atualização monetária.....	24.257	611	717	-
Reversão.....	(962)	(5.609)	(3.863)	-
Realização.....	(625.075)	(5.931)	(3.607)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.622	8.786	284	24.692

(i) Nas ações cíveis que envolvem disputas, principalmente, relativas a danos morais e materiais e nas ações trabalhistas que envolvem disputas relativas a processos de funcionários do Banco, o montante provisionado representa a avaliação da Administração do Banco sobre as perdas prováveis esperadas nessas ações.

19.2.3. Cronograma esperado de desembolsos

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Outras provisões
Até 1 ano.....	6.969	5.049	148
De 1 a 3 anos.....	22.069	5.469	165
Total	29.038	10.518	313

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

19.2.4. Causas possíveis

O valor das causas fiscais, com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 31 de dezembro de 2023, era de R\$ 52.325 (31/12/2022: R\$ 42.687), que refere-se, substancialmente, a multas e pedidos de compensação de CSLL.

O valor de risco das causas cíveis com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 31 de dezembro de 2023, era de R\$ 1.578 (31/12/2022: R\$ 1.596).

O Banco não tem valores de causas com probabilidade de perda possíveis para ações trabalhistas.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O valor do capital social no exercício é de R\$ 1.742.000 e está dividido em 1.114.671.113 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

20.1. Reserva de capital

Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital

Descrição dos planos de opções de compra de ações

Primeiro plano de opções aprovado ("Plano Pré-IPO") - Pagos com ações da controladora final do Banco - Atacadão S.A. O primeiro plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral de acionistas, em 21 de março de 2017. O objetivo principal deste plano, implementado de acordo com a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, foi reter um grupo de executivos-chave para o planejamento e a execução da sua oferta pública inicial (IPO) e obter um alinhamento de seus interesses com o interesse dos acionistas. Os executivos elegíveis são nomeados pelo Conselho de Administração, e são empregados do Grupo Carrefour ("Grupo"). O plano é gerido pelo Conselho de Administração, de acordo com as regras do plano aprovadas formalmente. O Conselho de Administração tem a capacidade de, a qualquer momento: (i) modificar ou encerrar o plano; e (ii) estabelecer as regras aplicáveis às situações não tratadas no plano, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em quaisquer contratos relacionados ao plano.

Os termos e as condições deste plano são regulamentados em um contrato individual com cada executivo elegível. Este contrato, de acordo com as regras aprovadas pela Assembleia Geral de acionistas, define: (i) os executivos elegíveis e sua quantidade individual de opções outorgadas; (ii) o preço de exercício das opções outorgadas; (iii) o cronograma do período de aquisição do direito de exercício (vesting); e (iv) as condições para acessar as opções na data de vesting ou outros eventos que impactariam a data de vesting. Estas condições não incluem condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (non-market vesting conditions). Plano de Performance Stock Options 2019 ("Plano Regular 19")

O plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de acionistas, realizada em 26 de junho de 2017, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:

- Elegibilidade:** os administradores e empregados do Grupo;
- Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo;
- Prazo para que as opções se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga;
- Prazo máximo para exercício das opções:** até o final do 6º ano da data de tal plano;
- Diluição societária máxima:** 2,50% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e
- Preço de exercício:** será determinado pelo Conselho de Administração do Grupo no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção.

O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de três condições de performance, com peso de 33% cada:

- Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado); e
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Os detalhes dos planos de opções de compra de ações, em 31 de dezembro de 2023, estão demonstrados abaixo:

	Plano Pré-IPO	Plano Regular 2019
Data de aprovação do número de opções autorizadas em Assembleia Geral de acionistas.....	27-jun-17	26-set-19
Número de opções autorizadas.....	700.364	320.579
Prazo de vida contratual esperada das opções.....	6 anos	6 anos
Número de executivos elegíveis.....	3	8
Preço de exercício (em R\$ por opção).....	11,70	21,98
	A partir do IPO até 21 de março de 2023 (i)	A partir de 26 de setembro de 2022 até 26 de março de 2025 (ii)

- (i) As opções podem ser exercidas somente após a ocorrência da oferta pública inicial (IPO) da Controladora e se o beneficiário ainda for empregado pelo Grupo no início do período de exercício, nas seguintes frações:
- 1/3 (um terço) na ocorrência do IPO;
 - 1/3 (um terço) após 12 meses a partir da ocorrência do IPO; e
 - 1/3 (um terço) após 24 meses a partir da ocorrência do IPO.

Para executivos contratados após a data de aprovação do Plano Pré-IPO (21 de março de 2017), as opções outorgadas no Plano Pré-IPO serão exercíveis de acordo com o seguinte esquema:

- 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO;
- 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO; e
- 1/3 (um terço) das opções outorgadas 36 meses após o IPO.

O vesting do primeiro terço das opções outorgadas do Plano Pré-IPO aconteceu no dia 21 de julho de 2017, com a realização da Oferta Primária de Ações, 12 meses depois do segundo terço das opções teve seu vesting period completo, e 24 meses depois, o terceiro.

(ii) As opções serão liberadas neste prazo e com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Mensuração de valor justo

O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga, conforme demonstrado nos itens abaixo.

Condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (non-market vesting conditions) não são consideradas na estimativa do valor justo das opções de compra de ações na data da mensuração. No entanto, são considerados na estimativa do número esperado de instrumentos patrimoniais que irão proporcionar a aquisição de direito, atualizado a cada período, baseado na taxa de realização esperada para as condições de desempenho que não são de mercado.

O custo calculado conforme acima descrito é reconhecido em linha reta ao longo do período de aquisição de direito (vesting period).

A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado, para os planos de modalidade opções de compras de ações.

	Plano Pré-IPO	Plano Regular 19
Valor justo da opção na data da outorga (R\$ por opção).....	3,73	5,20
Valor justo do preço da ação (R\$ por ação).....	11,70	21,98
Rendimento de dividendos (%).....	1,35%	1,09%
Volatilidade esperada (%).....	29,02%	27,20%
Taxa de retorno livre de risco (%).....	10,25%	5,57%
Prazo de vida esperado das opções (anos).....	3	3
Modelo utilizado.....	Black-Scholes	Black-Scholes

Volatilidade e rendimento de dividendos

Plano Pré-IPO: O Grupo, que ainda não estava listado no momento da aprovação do plano, definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, o Grupo adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos como a base mais apropriada para o exercício de avaliação.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar. Estabeleceu-se a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%.

Plano Regular: O Grupo utilizou como parâmetro de volatilidade a taxa divulgada no site da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 12 meses e o rendimento de dividendos com base nos lucros distribuídos pelo Grupo no ano-base anterior à outorga.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar.

Conciliação de opções de compra de ações restritas em circulação (planos Pré-IPO e Regular 19)

Em 31 de dezembro de 2023, as opções de ações pendentes do Plano Regular 19 foram de 339.104 e o Plano Pré-IPO não apresentou opções de ações pendentes. Ambos os planos não tiveram movimentação nas opções de ações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Descrição dos planos de remuneração em ações

Planos de Performance Shares Local 2020 a 2023 ("Plano Regular 20" a "Plano Regular 23")

O regulamento dos Planos Regulares 20 e 21 da Controladora foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 14 de abril de 2020, o Plano Regular 22 foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 5 de maio de 2022, e o Plano Regular 23 foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 1º de junho de 2023, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:

- Elegibilidade:** os administradores e empregados do Grupo;
- Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo;
- Prazo para que as opções se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga;
- Prazo máximo para exercício das opções:** As ações são transferidas para o executivo na data do vesting;
- Preço de exercício:** Não há preço de exercício, dado que as ações serão transferidas gratuitamente para os executivos; e
- Diluição societária máxima:** Para os Planos Regulares 20 e 21, foi determinado 2,50% do total de ações do capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as ações concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como dos demais planos locais aprovados.

(Continua...)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Para os Planos Regulares 20, 21 e 22, o número de ações que serão entregues dependem do atingimento de cinco condições de performance, com peso de 20% cada:

- Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado);
- Condição relacionada à valorização da ação em relação ao mercado externo (*Total Shareholder Return*);
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa – CSR; e
- Item relacionado à transformação digital da empresa.

Para o Plano Regular 23, o número de ações que serão entregues dependem do atingimento de quatro condições de performance, com pesos de 25% cada:

- Duas condições relacionadas à performance financeira (resultado operacional corrente e fluxo de caixa livre ajustado);
- Condição relacionada à valorização da ação em relação ao mercado externo (*Total Shareholder Return*); e
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa – CSR.

Os detalhes dos planos de remuneração em ações locais, em 31 de dezembro de 2023, estão demonstrados abaixo:

	Plano Regular 20	Plano Regular 21	Plano Regular 22	Plano Regular 23
Data de aprovação do número de ações em reunião do Conselho de Administração.....	10-nov-20	25-ago-21	5-mai-22	1º-jun-23
Número de ações autorizadas.....	154.702	311.745	130.240	328.825
Prazo de vida contratual esperada das ações.....	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Número de executivos elegíveis.....	5	16	10	16
Data do <i>vesting</i> (i).....	10-nov-23	25-ago-24	5-mai-25	1º-jun-26
Valor justo de cada ação (em R\$ por ação).....	17,35	14,56	13,10	11,58

(i) As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Conciliação de ações restritas em circulação (planos regulares)

Os planos de ações restritas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram os seguintes:

	Plano Regular 20	Plano Regular 21	Plano Regular 22	Plano Regular 23
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2022	119.238	243.064	130.240	-
Ações outorgadas até 31 de dezembro de 2023.....	-	-	-	328.825
Ações exercidas até 31 de dezembro de 2023.....	(87.872)	-	-	-
Ações canceladas até 31 de dezembro de 2023.....	(31.366)	(89.363)	(46.174)	(14.283)
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2023	-	153.701	84.066	314.542

Plano de Performance *Shares* Grupo 2020 a 2023 ("Plano Grupo 20" a "Plano Grupo 23")

Em 26 de fevereiro de 2020, baseado na recomendação do Comitê de Remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária (AGO) anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França), de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

Em 17 de fevereiro de 2021, baseado na recomendação do Comitê de Remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na AGO anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França), de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

Em 16 de fevereiro de 2022, após aprovação da Assembleia Geral do Grupo, ocorrida no dia 21 de maio de 2021, baseado na recomendação do Comitê de Remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu por outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações serão entregues gratuitamente aos elegíveis, somente se estes permanecerem no Grupo até o término do *vesting period* (36 meses) e se a empresa atingir determinadas metas.

Em 14 de fevereiro de 2023, após aprovação da Assembleia Geral do Grupo, ocorrida no dia 21 de maio de 2021, baseado na recomendação do Comitê de Remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu por outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações serão entregues gratuitamente aos elegíveis, somente se estes permanecerem no Grupo até o término do *vesting period* (36 meses) e se a empresa atingir determinadas metas.

O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:

- Duas condições relacionadas à performance financeira (Resultado Operacional Corrente – ROC e Fluxo de Caixa Livre – FCF);
- Retorno total ao acionista (*Total Shareholder Return* – TSR); e
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa (Índice de Responsabilidade Social – RSE).

Os detalhes dos planos de ações do Grupo, em 31 de dezembro de 2023, estão demonstrados abaixo:

	Plano Grupo 20	Plano Grupo 21	Plano Grupo 22	Plano Grupo 23
Data da outorga (i).....	26-fev-20	17-fev-21	16-fev-22	14-fev-23
Data da reunião do Conselho de Administração.....	14-jun-19	14-jun-19	21-mai-21	21-mai-21
Data do <i>vesting</i> (ii).....	27-fev-23	14-fev-24	16-fev-25	14-fev-26
Total de ações outorgadas na data de outorga.....	11.464	23.500	18.675	9.500
Número de ações outorgadas.....	15.018	23.500	18.675	9.500
Valor justo de cada ação (em EUR por ação) (iii).....	13,05	11,85	14,21	12,92

(i) Data da notificação (data em que os participantes são notificados sobre as características do plano).

(ii) As ações serão entregues somente se o participante permanecer no Grupo no fim do período do *vesting period* e se as condições de performance forem atingidas.

(iii) Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o *vesting period*.

Conciliação de ações em circulação (planos Grupo)

Os planos de ações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram os seguintes:

	Plano Grupo 20	Plano Grupo 21	Plano Grupo 22	Plano Grupo 23
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2022	12.549	23.500	18.675	-
Ações outorgadas até 31 de dezembro de 2023.....	-	-	-	9.500
Ações exercidas até 31 de dezembro de 2023.....	(10.995)	-	-	-
Ações canceladas até 31 de dezembro de 2023.....	(1.554)	(12.900)	(8.100)	-
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2023	-	10.600	10.575	9.500

Despesas reconhecidas no resultado

As despesas de pagamentos baseadas em ações do Banco totalizaram, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 2.733 (31/12/2022: R\$ 2.814).

20.2. Reserva de lucros

Reserva legal

Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido do exercício para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Além disso, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal, no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária

Visa garantir meios financeiros para a operação do Banco, bem como garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% do capital social. Caberá à Assembleia Geral deliberar acerca da destinação do valor que ultrapasse o limite em questão, podendo ocorrer a distribuição do valor excedente, sua utilização para aumento do capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Legal.....	246.040	236.870
Estatutárias.....	1.208.841	1.184.483
Reserva de lucros.....	1.454.881	1.421.353

20.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ajuste ao valor justo – TVM.....	308	(44)
Benefícios pós-emprego.....	365	131
Total.....	673	87

20.4. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado pela importância destinada à constituição da reserva legal. Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira do Banco, inclusive se a Administração julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para o Banco ou não atenda os requisitos mínimos de Basileia.

De acordo com a Reunião do Conselho de Administração (RCA) de 14 de dezembro de 2023, os acionistas aprovaram a proposta da Administração pela não distribuição de dividendos decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

	31/12/2023	
Descrição	Total	Reais por Ação
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2022 (i).....	103.498	0,09285
Dividendos adicionais propostos (ii).....	149.880	0,13446
Total de dividendos pagos.....	253.378	0,22731

(i) Na AGO em 28 de abril de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 103.498 e dividendos adicionais propostos, no montante de R\$ 48.529 decorrentes de lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, liquidados em 20 de junho de 2023.

(ii) Na AGE em 17 de junho de 2023, retificada em 6 de fevereiro de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais propostos decorrentes de lucros gerados em exercícios anteriores no montante de R\$ 101.351, liquidados em 20 de junho de 2023.

	31/12/2022	
Descrição	Total	Reais por Ação
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores (i).....	131.875	0,11831
Total de dividendos pagos.....	131.875	0,11831
Dividendos mínimos obrigatórios referentes a 31 de dezembro de 2022 (ii).....	103.498	0,09285
Total de dividendos a pagar.....	103.498	0,09285

(i) Na AGE em 29 de setembro de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais propostos decorrentes de lucros gerados em exercícios anteriores. Em 11 de outubro de 2022, o Banco liquidou dividendos no montante de R\$ 131.875.

(ii) Em 31 de dezembro de 2022, a Administração efetuou o registro de R\$ 103.498 a título de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes aos 30% definidos no Estatuto Social, oriundos de lucros gerados no exercício de 2022, registrados no passivo circulante.

De acordo com a AGO de 28 de abril de 2022, os acionistas não aprovaram a proposta da Administração para a distribuição de dividendos propostos decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo este retomado ao patrimônio do Banco na conta de reserva de lucros.

21. RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Descrição			
Rendas de empréstimos.....	1.668.010	3.380.473	3.035.931
Recuperação de créditos – renegociação (i).....	568.781	932.543	492.459
Total.....	2.236.791	4.313.016	3.528.390

(i) O montante de recuperação de crédito por renegociação de dívida é de R\$ 932.139 (31/12/2022: R\$ 492.206) e o montante de recuperação de créditos baixados como prejuízo é de R\$ 404 (31/12/2022: R\$ 253). O aumento foi influenciado por uma campanha de renegociação de dívidas de pessoa física (Desenrola), realizada pelo Banco no 2º semestre de 2023.

22. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Descrição			
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários.....	54.995	109.565	80.235
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez.....	1.990	3.080	2.322
Total.....	56.985	112.645	82.557

23. OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Descrição			
Despesas de letras financeiras.....	(168.581)	(325.492)	(250.463)
Despesas de depósitos interfinanceiros.....	(18.022)	(54.916)	(78.807)
Despesas de operações compromissadas.....	(22.746)	(41.702)	(24.348)
Despesas de depósitos a prazo.....	(25.225)	(37.260)	(10.608)
Total.....	(234.574)	(459.370)	(364.226)

24. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Descrição			
Rendas de intercâmbio (i).....	377.178	711.385	601.363
Rendas de tarifa bancária (ii).....	317.371	640.143	618.800
Serviços prestados a ligadas (nota 31) (iii).....	63.305	122.598	120.485
Tarifa de pacote SMS.....	54.299	107.218	102.849
Comissão sobre intermediação na venda de seguros.....	11.767	22.816	35.860
Rendas com taxa de adesão e antecipações - Serviço de subadiquirência APAG.....	2.913	15.003	22.599
Tarifa de avaliação emergencial de crédito.....	-	-	2.091
Outros serviços.....	414	816	922
Total.....	827.247	1.619.979	1.504.969

(i) Referem-se às rendas de comissões, sobre compras nacionais e internacionais, pagas pelos adquirentes ao Banco emissor do cartão utilizado.

(ii) Referem-se, substancialmente, às receitas de tarifa de anuidade no montante de R\$ 638.518 (31/12/2022: R\$ 618.080).

(iii) Referem-se às rendas de comissões sobre as compras, com ou sem juros, realizadas por clientes com Cartão Carrefour, Cartão Atacadão e Cartão Sam's Club, emitidos pelo Banco.

25. DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Descrição			
Proventos.....	(65.443)	(131.252)	(106.327)
Encargos sociais.....	(20.142)	(44.397)	(38.025)
Benefícios.....	(12.870)	(24.777)	(24.712)
Treinamento.....	(307)	(989)	(1.783)
Total.....	(98.762)	(201.415)	(170.847)

26. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Descrição			
Despesas com serviços de terceiros (i).....	(267.521)	(515.749)	(410.779)
Despesas de processamento de dados (ii).....	(169.346)	(331.300)	(295.662)
Despesas de depreciação e amortização.....	(66.420)	(130.892)	(112.565)
Despesas com serviços técnicos especializados (iii).....	(37.225)	(78.835)	(57.002)
Despesas de comunicações.....	(26.782)	(68.736)	(67.112)
Despesas de propaganda e publicidade.....	(29.352)	(63.388)	(83.376)
Despesas de alugueis.....	(15.716)	(42.792)	(44.026)
Despesas com materiais.....	(15.600)	(30.061)	(21.915)
Despesas com serviços do sistema financeiro.....	(13.305)	(28.243)	(35.192)
Despesas com honorários administrativos.....	(4.729)	(16.572)	(13.293)
Despesas com manutenção de bens.....	(2.821)	(5.677)	(6.976)
Despesas com transportes.....	(2.431)	(4.437)	(2.495)
Despesas com condomínio e vigilância.....	(812)	(2.091)	(2.017)
Despesas com associação de classes.....	(1.158)	(1.889)	(1.670)
Despesas com brindes.....	(851)	(1.846)	(1.270)
Despesas com custas judiciais.....	(733)	(1.316)	(1.318)
Despesas com filantropias.....	(905)	(905)	(3.360)
Outras.....	(1.236)	(2.548)	(3.276)
Total.....	(656.943)	(1.327.277)	(1.172.904)

(i) Referem-se, substancialmente, às despesas com correspondentes bancários no país, no montante de R\$ 303.723 (31/12/2022: R\$ 235.142) e serviços de cobrança, no montante de R\$ 210.743 (31/12/2022: R\$ 152.188).

(ii) Referem-se, substancialmente, às despesas com processamento das operações de cartão de crédito.

(iii) Referem-se, substancialmente, às despesas com auditoria, consultorias, assessorias e honorários advocatícios.

27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Descrição			
COFINS.....	(86.702)	(189.638)	(194.574)
PIS.....	(14.089)	(30.816)	(31.618)
ISS.....	(16.897)	(33.430)	(31.577)
Atualização de contingências de CSLL (nota 19.2.2).....	-	-	(24.257)
Outras.....	(517)	(1.429)	(2.713)
Total.....	(118.205)	(255.313)	(284.739)

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Descrição			
Incentivo recebido das bandeiras (i).....	8.620	77.516	336.217
Recuperação de custos de comissões de seguros.....	19.486	35.861	23.188
Participação nos lucros com venda de seguros.....	5.356	8.975	11.148
Atualização monetária de impostos a compensar.....	4.093	4.093	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Intercâmbio nacional e internacional ⁽ⁱ⁾	(121.455)	(180.690)	(189.437)
Bonificações	(34.743)	(77.472)	(59.461)
Inspeção de taxas e tarifas - DECON	(57.632)	(58.603)	(29.165)
Baixa de ativos	(47.974)	(47.974)	(219)
Perdas operacionais	(12.003)	(21.653)	(15.668)
Incentivos de vendas	(6.646)	(12.348)	(10.715)
Transmissão de dados - APAG	(12.177)	(12.177)	-
Despesas com fraudes	(4.164)	(7.729)	(7.621)
Despesas com acordos cíveis	(3.642)	(7.018)	(5.973)
Recuperação de operações cedidas	(3.940)	(3.940)	(169)
Varição cambial passiva	(1.480)	(3.552)	(4.827)
Outras	(744)	(2.992)	(3.871)
Total	(306.600)	(436.148)	(327.126)

⁽ⁱ⁾ Referem-se às despesas incorridas pela utilização da marca das bandeiras Visa e Mastercard.

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

30.1. Despesas com impostos e contribuições

Descrição	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	73.060	170.361	530.939
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(32.878)	(76.663)	(244.231)
Efeito adicional da CSLL 1%	-	-	2.909
Ajuste de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	4.881	4.881	(46)
Efeito tributário sobre (adições) / exclusões permanentes			
Outras (despesas) indedutíveis / receitas não tributáveis	4.708	3.303	(9.365)
Atualização monetária de impostos a compensar	1.842	1.842	16.924
Equivalência patrimonial	29.403	56.294	46.089
PLR dos estatutários	-	(1.174)	(1.447)
Lei de inovação tecnológica nº 11.196/05	22.676	22.676	22.678
Perdas operacionais	4.305	(203)	(7.187)
Deduções de incentivos / subvenções fiscais	980	2.067	5.865
Efeito tributário do adicional de IRPJ	12	24	24
Receita / Despesa com imposto de renda e contribuição social	35.929	13.047	(167.787)
IRPJ e CSLL correntes	24.353	(56.453)	(201.851)
IRPJ e CSLL diferidos	11.576	69.500	34.064
Total do imposto de renda e contribuição social	35.929	13.047	(167.787)

30.2. Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

Descrição	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	73.060	170.361	530.939
Imposto de renda e contribuição social	(35.929)	(13.047)	167.787
Alíquota efetiva	-49,18%	-7,66%	31,60%

Em 2023, a variação da alíquota efetiva foi impactada pela redução nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL, devido à alteração de critérios de dedutibilidade referente às despesas operacionais do Banco e redução nas bases de cálculo de PIS e COFINS.

31. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

31.1. Empresas ligadas

As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20.

Em 31 de dezembro de 2023, as partes relacionadas eram compostas pelas seguintes empresas:

- Controladoras indiretas do Banco - Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e Atacadão S.A.;
- Controladora direta do Banco - BSF Holding S.A.;
- Empresas ligadas - Comercial de Alimentos Carrefour Ltda. e Grupo BIG Brasil S.A.;
- Controlada do Banco - CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.; e
- Outras partes relacionadas - Itaú-Unibanco S.A., Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda. e Ewally Tecnologia e Serviços S.A.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as operações com tais partes relacionadas caracterizavam-se, basicamente, por:

Partes relacionadas / Operações	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)		
	31/12/2023	31/12/2022	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.					
Nota de crédito / débito	3	-	-	-	-
Desconto de campanhas	2.388	2.240	-	-	-
Valores a receber ⁽ⁱ⁾	55.705	53.555	-	-	-
Valores a receber - descontos concedidos a funcionários	252	265	-	-	-
Valores a receber - E-commerce	9	3	-	-	-
Valores a receber - desconto em folha de pagamento de funcionários	4.348	4.291	-	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país ⁽ⁱⁱ⁾	(12.838)	(9.865)	(68.357)	(134.526)	(119.337)
Repasse de valores e comissões ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(480.920)	(228.627)	34.636	66.442	77.820
Aluguéis a pagar	(1.255)	(2.263)	(2.521)	(11.842)	(14.258)
Despesas administrativas	-	-	75	(72)	(120)
Outras despesas operacionais	-	-	(6.646)	(12.318)	(19.789)
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.					
Valores a receber ⁽ⁱ⁾	1.423	1.577	-	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país ⁽ⁱⁱ⁾	(1)	(323)	(2.183)	(4.121)	(3.955)
Repasse de valores e comissões ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(34.260)	(7.918)	782	1.538	1.306
Grupo BIG Brasil S.A.					
Desconto de campanhas	(390)	-	(1.442)	(3.256)	(920)
Valores a receber ⁽ⁱ⁾	895	433	-	-	-
Valores a receber - Membership	404	-	1.834	1.834	-
Valores a receber - descontos concedidos a funcionários	1	-	-	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país ⁽ⁱⁱ⁾	(830)	(1.838)	(5.321)	(17.837)	(2.121)
Repasse de valores e comissões ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(90.232)	(16.872)	2.641	4.985	360
Aluguéis a pagar	(1.640)	(15)	(1.216)	(2.573)	(23)
Atacadão S.A.					
Desconto de campanhas	994	387	-	-	(3)
Valores a receber ⁽ⁱ⁾	65.655	52.728	-	-	-
Valores a receber - desconto em folha de pagamento de funcionários	5.172	4.447	-	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país ⁽ⁱⁱ⁾	(13.169)	(11.871)	(71.949)	(146.159)	(118.280)
Repasse de valores e comissões ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(504.487)	(391.123)	25.246	49.633	40.999
Aluguéis a pagar	(1.077)	(943)	(4.988)	(13.051)	(13.254)
Direito de exclusividade	450.408	503.921	(26.756)	(53.513)	(53.513)
Itaú-Unibanco S.A.					
Depósitos interfinanceiros	(50.034)	(632.941)	(6.269)	(29.904)	(28.043)
Operações comprorromissadas	(270.798)	(43.017)	(22.322)	(39.137)	(19.779)
Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda.					
Certificado de depósito bancário	-	-	-	-	(52)
BSF Holding S.A.					
Dividendos a pagar	-	(103.498)	-	-	-
Certificado de depósito bancário	(6.552)	(6.449)	(390)	(793)	(906)
Ewally Tecnologia e Serviços S.A.					
Valores a receber - comissões	133	188	414	816	923
Valores a pagar - prestação de serviços	(587)	(677)	211	(626)	(721)
CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.					
Valores a receber - comissões	3.387	2.208	19.486	35.861	23.188
Dividendos a receber	37.529	30.058	-	-	-
Certificado de depósito bancário	(156.260)	(145.267)	(6.538)	(11.501)	(9.371)

⁽ⁱ⁾ Referem-se a recebimentos de clientes nos pontos de vendas das lojas Carrefour, Atacadão e Sam's Club.

⁽ⁱⁱ⁾ Referem-se a serviços de cadastro e manutenção de clientes e prestação de serviços de correspondente bancário no país, com contrapartida em despesa.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Referem-se a repasses de compras efetuadas por clientes nas lojas Carrefour Comércio e Indústria Ltda., Comercial de Alimentos Carrefour Ltda., Atacadão S.A. e Grupo BIG Brasil S.A., líquidos de comissão, com contrapartida em receita.

31.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Descrição	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	4.729	16.572	13.293
Pagamento baseado em instrumentos de capital	1.620	11.621	8.897
Contribuição aos planos de aposentadoria	197	363	271
Total	6.546	28.556	22.461

32. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Com o objetivo de complementar os benefícios da previdência social com um plano de contribuição variável, o Banco atua como patrocinador, contribuindo mensalmente com o fundo de previdência, limitando-se ao percentual mínimo de 1% e máximo de 5% do salário bruto, de acordo com a opção feita pelo funcionário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante da despesa dessa contribuição era de R\$ 2.271 (31/12/2022: R\$ 2.356) e está registrado na rubrica "despesas de pessoal".

Com base na Resolução CMN nº 4.877/20, o Banco elabora anualmente, para a data-base de dezembro, o estudo atuarial sobre a aplicação do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados, que resultou no montante de provisão acumulada de R\$ 123 (31/12/2022: R\$ 331).

33. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Descrição	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido contábil	108.989	183.408	363.152
Eventos não recorrentes - Líquidos de IRPJ e CSLL	58.094	58.618	15.743
Lucro por baixa e/ou venda de ativos ⁽ⁱ⁾	-	-	(4)
Prejuízo por baixa e/ou venda de ativos ^{(i) (ii)}	26.386	26.386	1
Inspeção de taxas e tarifas - DECON ⁽ⁱⁱⁱ⁾	31.708	32.232	15.746
Eventos não recorrentes	(33.289)	(33.289)	-
Reversão de PIS / COFINS ^(iv)	(22.158)	(22.158)	-
Reversão de IRPJ / CSLL ^(iv)	(11.131)	(11.131)	-
Lucro líquido recorrente	133.794	208.737	378.895

⁽ⁱ⁾ O Banco não tem por finalidade a venda de ativos como objeto principal de seu negócio.

⁽ⁱⁱ⁾ Em 2023, foram realizadas baixas de ativos (POS), projetos descontinuados e outros.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Inspeção de taxas e tarifas DECON (Defesa do consumidor), relativo à cobrança em desacordo com a regulamentação vigente de tarifa de avaliação emergencial de crédito para saldos parcelados, no período de dez anos. Os valores estão apresentados com efeitos de atualização monetária.

^(iv) Em 2023, foram reavaliados os critérios de dedutibilidade das receitas e despesas incorridas pelo Banco nas bases de cálculo de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

34. VALOR JUSTO DOS ATIVOS E PASSIVOS

34.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Valor justo	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros disponíveis para venda	944.533	939.227	5.306	834.326	829.135	5.191
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	939.227	939.227	-	829.135	829.135	-
Aplicações em fundos de investimento	5.306	-	5.306	5.191	-	5.191

Nível 1: Para as letras financeiras do tesouro, a avaliação geralmente baseia-se em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como ANBIMA.

Nível 2: Para as aplicações em fundos de investimento, a avaliação baseia-se na natureza dos investimentos desta categoria e a mensuração do valor justo foi apurada a partir do valor das cotas, divulgado pelos administradores dos fundos.

34.2. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros do Banco, exceto os ativos financeiros disponíveis para venda, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial.

Descrição	31/12/2023			
	Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Nível 3
Disponibilidades ⁽ⁱ⁾	9.080	9.080	9.080	-
Relações interfinanceiras ⁽ⁱ⁾	81.208	81.208	81.208	-
Operações de crédito ⁽ⁱⁱ⁾	15.802.170	14.131.151	-	14.131.151
Passivos financeiros	12.366.597	12.408.240	12.408.240	-
Captações no mercado aberto ⁽ⁱ⁾	270.739	270.739	270.739	-
Depósitos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	951.406	951.654	951.654	-
Recursos de aceites e emissão de títulos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2.296.608	2.338.003	2.338.003	-
Relações interfinanceiras ⁽ⁱ⁾	8.847.844	8.847.844	8.847.844	-
Outros passivos ^(iv)	3.295.891	3.295.891	3.295.891	-

Descrição	31/12/2022			
	Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Nível 3
Disponibilidades ⁽ⁱ⁾	11.292	11.292	11.292	-
Relações interfinanceiras ⁽ⁱ⁾	281.012	281.012	281.012	-
Operações de crédito ⁽ⁱⁱ⁾	13.508.391	12.625.824	-	12.625.824
Passivos financeiros	11.069.064	11.091.869	11.091.869	-
Captações no mercado aberto ⁽ⁱ⁾	253.103	253.103	253.103	-
Depósitos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.350.478	1.363.938	1.363.938	-
Recursos de aceites e emissão de títulos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2.076.320	2.085.665	2.085.665	-
Relações interfinanceiras ⁽ⁱ⁾	7.389.163	7.389.163	7.389.163	-
Outros passivos ^(iv)	2.486.334	2.486.334	2.486.334	-

Nível 2: O Nível 2 inclui as informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente, que geralmente são: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotagens de preços variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) informações que não são preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades etc.); e (iv) informações que são derivadas principalmente de/ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: O Nível 3 inclui as informações de dados para os ativos que não são baseados em dados observáveis de mercado como o fator de risco de crédito atrelado ao valor justo da carteira de crédito.

Os métodos e as premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

i. **Disponibilidades, captações no mercado aberto e relações interfinanceiras:** Os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo, pois caracterizam operações de curto prazo.

ii. **Operações de crédito:** A carteira em dia sem juros é levada a valor futuro pelas taxas equivalentes aos seus vértices de vencimento da curva Swap DI Pré. Trazida a valor presente pela taxa DI Over. Ambas com data de referência desta demonstração financeira.

A carteira em dia com juros é levada a valor futuro pela taxa média do Banco informada ao BACEN em seus vértices de vencimento. Trazida a valor presente pela taxa média de mercado informada pelo BACEN na data de referência desta demonstração financeira.

A carteira em atraso é levada a valor futuro pela taxa equivalente do vértice 1 da curva Swap DI Pré. Trazida a valor presente pela taxa DI Over. Ambas com data de referência desta demonstração financeira.

Como componente do Risco de Crédito, atrelado ao cálculo do valor justo para a carteira, o Banco considerou a provisão para perdas esperadas segundo as orientações do IAS - IFRS 9 relativa à carteira local. No conceito IFRS 9, a metodologia de cálculo já contempla a aplicação de valor justo em sua apuração.

iii. **Recursos de aceites e emissão de títulos e depósitos:** O valor justo estimado utiliza os vencimentos dos fluxos de caixa trazidos a valor presente pela taxa interpolada do CDI (taxa média entre a data-base atual e data de vencimento do título).

iv. **Outros passivos:** O valor justo é igual ao valor contábil levando em consideração que o pagamento da obrigação não sofrerá alteração até o momento da liquidação.

35. GESTÃO DE CAPITAL E DOS RISCOS DE LIQUIDEZ, MERCADO, CRÉDITO, OPERACIONAL, ESTRATÉGICO, SOCIOAMBIENTAL E REPUTACIONAL

O Banco atua com uma estrutura de Gestão dos Riscos segregada e independente das demais atividades do negócio. A atividade de gerenciamento integrado de riscos e capital atua para assegurar que os riscos sejam identificados, mitigados, reportados e controlados, de acordo com o apetite ao risco estabelecido pela Instituição e em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17. Com o objetivo de garantir uma atuação independente, a Superintendência de Riscos Integrados é responsável pelo gerenciamento dos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, estratégico, socioambiental, gestão de capital e governança de validação de modelos. O processo de Gerenciamento Integrado de Riscos consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

35.1. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como:

- a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez é realizado por meio de controle diário do fluxo de caixa, elaborado através de modelos internos, projetando cenários de curto e longo prazo, considerando as principais fontes de receitas, despesas e riscos relacionados, e variáveis econômicas que influenciam o negócio, possibilitando uma visão estratégica do impacto do risco de liquidez no negócio. Esses modelos são baseados em metodologias que atendem às necessidades do negócio e passam por validações periódicas através de testes de aderência.

Compõem o gerenciamento de risco de liquidez, a simulação de cenários de estresse considerando que as premissas de maior impacto sejam por eventos internos ou impactos macroeconômicos. Por meio destes cenários, podemos definir linhas de contingências e estratégias de liquidez. As decisões são aprovadas no *Assets Liabilities Committee* (ALCO).

O reporte regulatório das posições relacionadas ao risco de liquidez é realizado por meio do relatório mensal Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL).

Parte da estratégia administrativa de liquidez do Banco consiste em investir em títulos públicos, altamente líquidos e oferecer um retorno satisfatório.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o valor contábil dos ativos e passivos financeiros, o prazo de vencimento contratual restante dos ativos e passivos do Banco e os prazos de amortizações contratuais, assim como os fluxos de caixa futuros, incluindo juros dos instrumentos financeiros.

	31/12/2023				
	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Ativos					
Relações interfinanceiras	81.208	81.208	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	944.533	271.666	-	581.031	91.836
Operações de crédito	18.779.299	12.620.271	4.861.913	1.297.115	-
(-) Provisão para perda esperada	(2.977.129)	(2.287.705)	(321.371)	(368.053)	-
Total	16.827.911	10.685.440	4.540.542	1.510.093	91.836
	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Passivos					
Depósitos	951.406	693.725	79.798	177.883	-
Captação no mercado aberto ⁽ⁱ⁾	270.739	270.739	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos ⁽ⁱⁱ⁾	2.296.608	152.248	988.773	1.155.587	-
Relações interfinanceiras	8.847.844	-	8.829.665	18.179	-
Total	12.366.597	1.116.712	9.898.236	1.351.649	-

	31/12/2022				
	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Ativos					
Relações interfinanceiras	281.012	281.012	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	834.326	256.476	-	19.596	558.254
Operações de crédito	15.898.088	11.034.909	3.937.321	925.858	-
(-) Provisão para perda esperada	(2.389.697)	(1.968.674)	(212.712)	(208.311)	-
Total	14.623.729	9.603.723	3.724.609	737.143	558.254
	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Passivos					
Depósitos	1.350.478	1.196.258	10.226	143.994	-
Captação no mercado aberto ⁽ⁱ⁾	253.103	253.103	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos ⁽ⁱⁱ⁾	2.076.320	-	706.541	1.369.779	-
Relações interfinanceiras	7.389.163	5.975.663	1.400.728	12.772	-
Total	11.069.064	7.425.024	2.117.495	1.526.545	-

⁽ⁱ⁾ Os vencimentos e as rentabilidades das captações estão detalhados na nota 15.

⁽ⁱⁱ⁾ Os vencimentos e as rentabilidades das letras financeiras estão detalhados na nota 16.

35.2. Risco de mercado

Risco de mercado define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição.

Atualmente, o Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de crédito para pessoas físicas. Essa estratégia permite que o Banco mantenha baixo seu nível de exposição com relação ao risco de mercado. Para realizar operações financeiras no mercado, a Instituição dispõe de uma carteira de títulos públicos de alta qualidade e liquidez, sendo que as operações são registradas na carteira *banking*.

O reporte regulatório das posições relacionadas ao risco de mercado é efetuado por meio do relatório mensal CADOC 2060 - Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM).

35.2.1. Análise de sensibilidade

O Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras, viabilizando o acesso ao crédito por meio dos cartões Carrefour, Atacadão e Sam's Club, além de empréstimos consignados. Essa estratégia reflete em uma posição de ativos e passivos com baixa exposição a alterações significativas em seus valores contábeis apurados em decorrência das incertezas e sensibilidades de riscos de mercado, alterações de taxas de juros, taxas inflacionárias, cambiais e outros fatores econômicos. As principais exposições de ativos e passivos do balanço do Banco, em 31 de dezembro de 2023, foram analisadas considerando a sua natureza, critérios de mensuração dos valores contábeis e respectiva exposição a alterações significativas, conforme seguem:

Ativos
Títulos e valores mobiliários: Instrumentos com baixo risco e constantemente negociados, sem variações relevantes dos valores justos. As taxas pós-fixadas do instrumento, mesmo que com choques relevantes de cenário, não apresentariam alterações significativas por conta da baixa exposição.

Disponibilidade de moeda estrangeira: A exposição em moeda estrangeira é baixa e não geraria impactos significativos no valor dos ativos do Banco, mesmo que em um cenário estressado de câmbio.

Operações de crédito: O valor apurado corresponde ao montante recebível das faturas em aberto e saldos em atraso negociados a uma taxa de juros fixa com os clientes. Desta forma, as exposições contábeis apuradas não sofrem alteração na sua mensuração em decorrência da alteração de taxas básicas praticadas, uma vez que esses efeitos seriam refletidos apenas em posições patrimoniais futuras.

Passivos
As exposições em depósitos e letras financeiras são instrumentos financeiros passivos precificados com base em taxas de juros pós-fixados. Entretanto, a alteração dessas taxas não refletiria em uma alteração significativa nas posições contábeis mensuradas para a data de apresentação do balanço, uma vez que os saldos passivos são reflexos do indexador atual, praticado em cada um dos instrumentos, e qualquer alteração seria refletida apenas em posições futuras.

35.3. Risco de crédito
O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Atualmente, o Banco atua no segmento de varejo via concessão de crédito a pessoas físicas através dos cartões Carrefour, Atacadão e Sam's Club. Os principais riscos de crédito incorridos pelo Banco estão relacionados à inadimplência de tomadores de créditos na liquidação dos compromissos assumidos, desembolsos financeiros para honrar compromissos de créditos ou operações de naturezas semelhantes e de possíveis renegociações em termos desfavoráveis frente às condições pactuadas inicialmente.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito acompanha os indicadores de concessão de crédito, de utilização do crédito por seus clientes e de recuperação de operações inadimplentes e/ou lançadas à perda contábil.

A concessão de crédito é realizada através da seleção de clientes por análise qualitativa e quantitativa de perfis. Para determinação do limite a ser disponibilizado, a área conta com sistemas automatizados, modelos estatísticos e indicadores gerenciais definidos em políticas internas da Instituição.

A gestão do portfólio é direcionada por indicadores gerenciais e sistemas que permitem alterações de limites de crédito de forma massificada e automática. Critérios de elegibilidade a estas ações, bem como limitadores de valores e períodos para realização das mesmas, estão definidos em política interna.

Sobre a carteira inadimplente ou com tendência à inadimplência, são realizadas ações de recuperação da saúde financeira do cliente e das operações com alta probabilidade de *default*. A régua de ações de cobrança, definições estratégicas de atuação, política de descontos em negociações e remuneração de escritórios externos de cobrança estão definidos em política interna.

Os relatórios de análise da carteira de crédito são disponibilizados às áreas de negócio e à alta Administração. Periodicamente, são apresentados ao Comitê de Risco de Crédito e ao Comitê Integrado de Riscos (CIR) indicadores como o custo de crédito, saldo de Provisão Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), indicadores de performance, performance de cobrança e inadimplência da carteira e a parcela de alocação de capital para exposições ao risco de crédito.

Para mais detalhes, ver nota 7.

35.4. Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos (catástrofes naturais, crises sociais e econômicas do mercado, problemas com infraestrutura e crises sistêmicas) ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui ainda o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e à indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

O Banco classifica os eventos de riscos identificados em seus processos nas seguintes categorias:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a usuários finais, clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades da Instituição ou a descontinuidade dos serviços prestados, incluindo o de pagamentos;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação; e
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da Instituição, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento.

A área de Risco Operacional & Controles Internos encontra-se sob a mesma estrutura dos demais riscos e é responsável por implementar as políticas e os procedimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos operacionais do Banco.

A política de Risco Operacional & Controles Internos do Banco é submetida à revisão e aprovação anual pela Diretoria de Riscos & Governança de Dados e pelo Conselho de Administração, e tem o objetivo de estabelecer as diretrizes e estratégias do gerenciamento de riscos operacionais e controles internos da Instituição, definindo um sistema de regras, princípios e responsabilidades de modo a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar riscos, em conformidade com as regras estabelecidas pelos órgãos reguladores (CMN e BACEN).

Seguindo os princípios de boas práticas determinados pelo BACEN, o sistema de gerenciamento de risco operacional do Banco estrutura-se em três linhas de defesa, com papéis e responsabilidades bem definidos, de forma a reafirmar a segregação entre as unidades de negócios e suporte e garantir a gestão dos riscos de forma descentralizada e independente, além de uma governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam à alta Administração.

Dentre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Risco Operacional & Controles Internos utilizadas no Banco para o eficaz gerenciamento dos riscos operacionais, ressaltamos:

- Mapeamento de riscos e controles;
- Base de perdas operacionais;
- Execução de testes;
- Monitoramento dos planos de ação para mitigação dos riscos apontados; e
- V. Mensuração da exposição final ao risco.

Em atendimento ao disposto pela Circular BACEN nº 3.640/13, o Conselho de Administração do Banco optou por seguir a metodologia designada por "Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada" para cálculo do capital regulatório para risco operacional.

35.5. Risco estratégico

Segundo as definições do COSO 2017 - Componentes de Gerenciamento de Riscos Corporativos, o risco estratégico pode ser identificado por três grandes dimensões, que dizem respeito à sinergia entre o Planejamento Estratégico e os riscos relacionados à estratégia. Essas três grandes dimensões são:

- A possibilidade da estratégia não estar alinhada com a missão, visão e principais valores;
- As implicações derivadas da estratégia escolhida; e
- Riscos na execução da estratégia.

O processo de definição do Planejamento Estratégico deve considerar os principais riscos que podem afetar os seus objetivos estratégicos e de negócio e resultar em indicadores que permitam ganhos de performance.

O inventário de Riscos Estratégicos foi desenvolvido em sinergia com a área de Planejamento Estratégico. Após a definição das Diretrizes Estratégicas do Banco, os riscos foram avaliados nas três dimensões citadas anteriormente.

35.6. Risco social, ambiental e climático (RSAC)

Risco social, ambiental e climático (RSAC) define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Para o gerenciamento desse risco devemos considerar:

- Sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o RSAC presente nas atividades e nas operações da Instituição;
- Registro de dados referentes às perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo período mínimo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico objeto da operação;
- Avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação; e
- Procedimentos para adequação do gerenciamento do RSAC às mudanças legais, regulamentares e de mercado.

Contamos com procedimentos internos para identificar, avaliar, gerenciar e mitigar os riscos socioambientais das operações e atividades. Este gerenciamento ocorre de acordo com as diretrizes descritas nos itens abaixo:

- Aprovação de novos produtos e serviços: Avaliamos e gerenciamos os potenciais impactos socioambientais negativos de produtos e serviços por meio de uso de critérios no processo de criação e/ou revisão dos nossos produtos, incluindo os riscos de reputação, e possuímos normas internas de aprovação de produtos e serviços avaliando aspectos regulatórios e de gestão de riscos;
- Relação com partes interessadas: Promovemos o desenvolvimento contínuo e a oferta de produtos e serviços financeiros que contribuam com o desenvolvimento sustentável;
- Fornecedores e prestadores de serviços: Buscamos sempre trabalhar com prestadores de serviços / fornecedores que tenham boa conduta ética e que incentivem a adoção de boas práticas dentro de suas empresas, repudiando qualquer prática que não esteja em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes, que se mostrem vinculadas a ações de favorecimento pessoal ou que caracterizem situações de corrupção ou suborno. Para nos assegurar destes riscos, incluímos em todos os contratos com fornecedores, cláusulas que estipulam obrigações anticorrupção e socioambientais, incluindo a proibição de trabalho escravo, infantil e exploração sexual, bem como o respeito ao meio ambiente, dependendo do escopo de atividade do fornecedor ou prestador de serviços;
- Orientação financeira: Reconhecemos a importância do uso consciente dos produtos financeiros pelos clientes pessoas físicas, incluindo os próprios funcionários da Instituição. Por isso, promovemos a educação financeira, por meio da informação e da orientação para o uso adequado e consciente do crédito; e
- Governança: Mantemos uma estrutura de governança compatível com nosso porte e a natureza do nosso negócio, buscando promover o tratamento adequado das questões socioambientais. Para tanto, possuímos o Diretor de Gerenciamento de Riscos responsável pelo cumprimento da Política de Gestão do RSAC.

35.7. Risco reputacional

O risco reputacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos que possam prejudicar a imagem do Banco.

Para assegurar uma gestão efetiva do risco, a estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos abrange:

- Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
- Atividades de gerenciamento de risco reputacional (monitoramento, controle e avaliação); e
- Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, Comitê Integrado de Riscos e Conselho de Administração).

Dentre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Gestão Integrada de Riscos, que modela o risco reputacional do Banco, ressaltamos:

- Base de reclamações por jornada de cliente;
- Acompanhamento das citações em mídias sociais;
- Modelagem das informações para perda esperada; e
- Monitoramento do apetite aos riscos de reclamações versus contas ativas.

35.8. Gestão de capital

Gestão de capital na Instituição reflete um processo contínuo de ações que considera os seguintes pontos, de acordo com a exigência regulatória:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- A avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está exposta; e
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Para assegurar uma gestão efetiva do capital, a estrutura de Gerenciamento de Capital abrange:

- Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
- Atividades de gerenciamento de capital (monitoramento, controle, avaliação e necessidade de capital e planejamento de metas), realizadas por área específica e segregada das demais áreas do negócio;
- Comitê de Ativos e Passivos como órgão decisório; e
- Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, Comitê de Riscos e Conselho de Administração).

A Instituição possui um plano de capital consistente para um horizonte de tempo de três anos. Este plano é atualizado anualmente e inclui a projeção do capital disponível considerando o planejamento estratégico, as principais fontes de capital e um plano de contingência para suprir uma possível necessidade de capital, inclusive em cenários de estresse, dando suporte à Instituição para alcançar as metas definidas.

A divulgação de informações referente à Gestão de Capital fica a cargo da área de Riscos, que reporta ao ALCO e ao CIR as informações do capital da Instituição, bem como informações a respeito dos processos acompanhados.

O ALCO, por sua vez, é responsável por monitorar a adequação de capital e analisar os resultados apresentados com periodicidade mínima de quatro vezes ao ano.

A avaliação de suficiência do capital para suportar os riscos aos quais a Instituição está exposta é apurada por meio da relação entre Alocação de Capital Regulatório (RWA) para os riscos de crédito, mercado e operacional e o capital da Instituição.

O indicador utilizado para medir a suficiência é o Índice de Basileia, que é apurado mensalmente pela área de Gestão Integrada de Riscos, utilizando as premissas determinadas nos normativos divulgados pelo BACEN.

36. ÍNDICE DE BASILEIA

O Índice de Basileia é apurado entre a relação de patrimônio de referência e os ativos ponderados pelos riscos, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil "BRGAAP". No Brasil, o índice mínimo requerido para 2023 é de 10,5%.

(Continua...)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo requerido e o Índice de Basileia, apurado de acordo com as Resoluções da CMN e as normas do BACEN.

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência		
Nível I	2.368.258	2.392.804
Capital principal	3.209.175	3.172.337
Ajuste prudencial	(840.917)	(779.533)
Total	2.368.258	2.392.804
Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo risco - RWA		
RWA ^{CPAD} - Risco de crédito	13.468.992	13.395.857
RWA ^{MPAD} - Risco de mercado	43.782	17.557
RWA ^{OPAD} - Risco operacional	1.222.337	1.165.597
Total	14.735.111	14.579.011
Patrimônio de referência mínimo requerido	1.547.186	1.530.796
Folga em relação ao PR mínimo requerido	821.072	862.008
Índice de Basileia	16,1%	16,4%

O Índice de Basileia de 31 de dezembro de 2023 fechou no patamar de 16,1%, uma redução de 0,3 p.p. com relação a 31 de dezembro de 2022, e se mantém bem acima do mínimo requerido pelo regulador local (10,5%). A aceleração da carteira de crédito é a principal razão do aumento dos ativos ponderados pelo Risco e por conseguinte no Índice de Basileia.

37. OUTRAS INFORMAÇÕES

As tabelas a seguir mostram a conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento.

Descrição	Passivo		Patrimônio líquido	
	Dividendos a distribuir	Capital social	Reservas de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	178.501	1.742.000	1.115.073	3.035.574
Recursos provenientes da destinação do resultado	103.498	-	259.654	363.152
Reversão dos dividendos propostos de exercícios anteriores (nota 20.4) ⁽ⁱ⁾	(178.501)	-	178.501	-
Varições dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	-	-	(131.875)	(131.875)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	103.498	1.742.000	1.421.353	3.266.851
Recursos provenientes da destinação do resultado	-	-	183.408	183.408
Varições dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos mínimos obrigatórios	(103.498)	-	-	(103.498)
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	-	-	(149.880)	(149.880)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	1.742.000	1.454.881	3.196.881

A DIRETORIA

FELIPE CARNEIRO GONÇALVES GOMES

Diretor-Presidente

RAFAEL BANDEIRA DE ALMEIDA

Diretor Financeiro e Jurídico

ANDRÉ LUIZ MORAIS TONELINI

Diretor de Clientes

AYDES BATISTA MARQUES JUNIOR

Diretor de Tecnologia da Informação e Operações

CARLOS ALBERTO AURICCHIO JUNIOR

Diretor de Gerenciamento de Riscos

LUIZ GUSTAVO VARGAS SOUTO

Diretor de Vendas, Atendimento e Parcerias

VANESSA PAULINO DE SOUZA

Diretora de Planejamento Estratégico

CONTABILIDADE

VALÉRIA DIAS PRATES

Contadora - CRC nº 1SP239180/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Introdução

O Comitê de Auditoria (COAUD) é um órgão consultivo permanente, que assessora o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades de supervisão, analisando e assegurando a observância, por parte do Banco, das leis e regulamentos aplicáveis.

É responsável pela supervisão (i) dos processos de controles internos e de administração de riscos; (ii) das atividades da Auditoria Interna; e (iii) das atividades da empresa de auditoria independente do Banco.

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria do Banco estabelece a sua composição por, no mínimo, 4 (quatro) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, sendo que um dos membros, no mínimo, deverá ser designado Especialista Financeiro. Por ser uma instituição de capital fechado, o Banco enquadra-se ao inciso 3º do Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.910/21, que permite a eleição de diretores do Banco como integrantes do comitê.

O Comitê de Auditoria elevou seu nível de governança, incorporando ao longo de 2023 mais dois membros independentes, além do membro já nomeado como Especialista Financeiro desde março de 2019 (conforme Artigo 5º do Regimento do Comitê de Auditoria do Banco). As reuniões do Comitê de Auditoria do Banco contaram também com a presença de diretores da Auditoria Interna do Itaú-Unibanco S.A. e do Carrefour Comércio e Indústria Ltda. como convidados, ambos sócios do Banco, além da área de Auditoria Interna (Secretário do Comitê) do Banco.

As atividades do Comitê de Auditoria do Banco iniciaram-se em 23 de março de 2016 e atualmente apresenta a seguinte composição:

Felipe Carneiro Gonçalves Gomes	Presidente do COAUD (CEO Banco Carrefour)
Rafael Bandeira de Almeida	Membro Permanente (CFO Banco Carrefour)
José Ronaldo Vilela Rezende	Especialista Financeiro / Membro Independente
João Antônio Dantas Bezerra Leite	Membro Independente
Ana Karina Bortoni Dias	Membro Independente

Atividades exercidas

No intuito de cumprir suas atribuições e, em atendimento ao previsto em seu calendário anual de trabalho, o Comitê de Auditoria reuniu-se 9 (nove) vezes no ano de 2023, sendo 5 (cinco) no segundo semestre. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como os trabalhos e relatórios da Auditoria Independente, foram analisados em reunião de 8 de fevereiro de 2024, oportunidade em que também foi avaliado e aprovado o presente relatório.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados a processos contábeis e financeiros, controles internos, processos de negócio e produtos, operações, crédito e cobrança, compliance e regulatório, segurança da informação, gestão de riscos e atividades de auditoria interna e independente, gestão e evolução da carga de risco.

Em conjunto com a Auditoria Independente, acompanhou e verificou os trabalhos do período, em especial a revisão das demonstrações financeiras e o relatório referente à Resolução CMN nº 4.910/21.

Foram examinadas as demonstrações financeiras elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, em especial o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e a conformidade com as práticas contábeis adotadas no país.

Nas situações em que foram identificadas oportunidades de melhoria, foram sugeridos aprimoramentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no exercício, em linha com as suas atribuições, o Comitê de Auditoria concluiu que: (i) o Sistema de Controles Internos está bem consolidado e não identificou, no exercício, fatos relevantes ou evidências que permitissem inferir que o Sistema de Controles Internos, como um todo, não é efetivo; (ii) a Auditoria Interna, tendo por base os assuntos discutidos, desempenha suas funções de forma independente e adequada; (iii) a Auditoria Independente - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. - realizou seus trabalhos de forma independente e efetiva; e (iv) as demonstrações financeiras do semestre e do exercício findos em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no país e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco e estão em condições de serem aprovadas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do Banco CSF S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CSF S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CSF S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são constituídas levando em consideração as normas regulamentares do BACEN, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 2.682/99, e fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com as políticas internas que consideram o estabelecimento de "ratings" de crédito e as expectativas de realização da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos. Em adição ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99, o Banco complementa, quando necessário, suas estimativas por meio da constituição de provisão adicional.

O Banco utiliza modelo interno na determinação da provisão adicional, que leva em consideração dados econômico-financeiros, de mercado, experiência de perda histórica, expectativa futura, entre outros.

Devido à relevância da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, do uso de estimativa e do uso de julgamento por parte da Administração utilizados no cálculo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria, incluindo o envolvimento de membros seniores da nossa equipe.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos às transações de pagamentos; (b) leitura da política de provisionamento do Banco para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos às transações de pagamentos; (c) envolvimento de especialistas na avaliação dos modelos utilizados; (d) avaliação do desenho dos controles internos sobre o monitoramento das premissas utilizadas no modelo; (e) análise dos critérios de provisionamento dessas operações, com base em amostra, e da aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração do Banco para determinar as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2024